

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
COMPARADA - UFRJ

ANO 19
VOLUME 19
NÚMERO 2



Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2025

Ano 19

Volume 19

Número 2



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 19, v. 19, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2025.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: (21) 3938-0333

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Thaina Schwan Karls e Daniel de Pinho Barreiros

Assistência Editorial:

Jerrison Patu de Melo Alves

Isis Fonseca Sá

Nathália Vivaqua Dias

Luísa Amado

Larissa Fernandes

Beatriz dos Santos da Silva

Mariana Ventura Martins

Montagem e projeto gráfico:

Jerrison Patu de Melo Alves

Isis Fonseca Sá

Nathália Vivaqua Dias

Imagem da capa:

DALBÉRA, Jean-Pierre. **Tellus (musée de l'Ara Pacis, Rome)**. 2017. 1 fotografia. Disponível em:
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tellus_\(mus%C3%A9e_de_l%27Ara_Pacis,_Rome\)__\(33950310621\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tellus_(mus%C3%A9e_de_l%27Ara_Pacis,_Rome)__(33950310621).jpg)

Acesso em: 13 mai. 2026.

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 19 – Volume 19 – Número 2 – maio/2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto de Andrade Medronho

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenadora: Raissa Brescia dos Reis

EDITORES RESPONSÁVEIS

Thaina Schwan Karls (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Daniel de Pinho Barreiros (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Rafael Pinheiro de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Dilton Cândido dos Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil)
Fábio de Sousa Lessa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Iamara da Silva Viana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Beatriz dos Santos da Silva (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Isis Fonseca Sá (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Jerrison Patu de Melo Alves (Doutorando-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Larissa Fernandes Nogueira (Mestranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Luísa Amado Monteiro (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Mariana Ventura Martins (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Nathália Vivaqua Dias (Doutoranda-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabulsi (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizontini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

Sumário

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ 7
“MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS”
VOLUME 2 - IMPÉRIO ROMANO E PENÍNSULA ITÁLICA MEDIEVAL

Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell
Pedro Vieira da Silva Peixoto
Clarissa Mattana de Oliveira

MÃES DO IMPÉRIO: 11
MATERNIDADE E POLÍTICA NO INÍCIO DO IMPÉRIO ROMANO
MOTHERS OF THE EMPIRE:
MATERNITY AND POLITICS IN THE EARLY ROMAN EMPIRE

Sarah Fernandes Lino de Azevedo

TRADUZIR RETRATOS DA GRAVIDEZ, PARTO, PUERPÉRIO: 33
O TORNAR-SE MÃE NO TEMPO DE TROTULA DE RUGGIERO (SÉC. XI)
TRANSLATING PORTRAITS OF PREGNANCY, CHILDBIRTH, AND POSTPARTUM:
BECOMING A MOTHER IN THE TIME OF TROTULA DE RUGGIERO
(11TH CENTURY)

Karine Simoni

RESENHA

O MATERNAR ANTES DO SÉCULO XIX: 58
UMA LONGUÍSSIMA IDADE MÉDIA?
MOTHERHOOD BEFORE THE 19TH CENTURY:
A VERY LONG-LASTING MIDDLE AGES?

Elaine Pereira Farrell

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

“MATERNIDADES EM SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS” VOLUME 2 - IMPÉRIO ROMANO E PENÍNSULA ITÁLICA MEDIEVAL

Organizadores:

Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell*
Pedro Vieira da Silva Peixoto *
Clarissa Mattana de Oliveira *

Este dossiê 19.2 e o anterior 19.1 (2025) são resultados e produtos de dois eventos internacionais e híbridos organizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, “Maternidades em sociedades pré-modernas: realidades e representações” que ocorreram nos meses de maio dos anos de 2023 e 2024. Os eventos receberam apoio do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), do Programa de Estudos de Medievais (PEM) e do Laboratório de História Antiga (LHIA), todos vinculados à UFRJ, e do laboratório externo, vinculado à Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e à Universidade do Pernambuco (UPE), o INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo.

Estes ocorreram durante a vigência do financiamento de pesquisa assegurado por Elaine Farrell e sua supervisora de pesquisa, a professora doutora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, através da chamada Pós-doutorado Sênior (PDS 2022) da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de

* Atualmente atua como professora e pesquisadora na Maynooth University Department of Early Irish. Pesquisadora do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo, do NEREIDA-UFF e do LABEAM-FURB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-3066>.

* Professor Adjunto de História Antiga do Instituto de História e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq-MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do LHIA - Laboratório de História Antiga da UFRJ e do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4311-9442>.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período de doutorado-sanduíche na Maynooth University, financiada pelo programa PDSE/CAPES. Pesquisadora do Programa de Estudos Medievais da UFRJ e do INSULAE - Grupo de Estudos sobre Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e no Medievo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6286-235X>.

Janeiro para trabalhar no projeto “Leis e representações sobre gravidez, parto e maternidade na Irlanda e Península Ibérica entre os séculos V e XII” (E-26/204.017/2022), que assegurou a atuação da pesquisadora na UFRJ entre 2022-24.

O dossiê 19.1 contou com a contribuição da pesquisadora argentina María Cecília Colombani, com texto em língua espanhola, e da pesquisadora brasileira Juliana Magalhães, com contribuição em português, ambos sobre Grécia Antiga. As pesquisadoras participaram da primeira edição do evento em 2023, a professora Colombani na capacidade de palestrante online, e a professora Magalhães como comunicadora compondo a Mesa 3 sobre *Maternidades e Amamentação na Antiguidade*.

Neste segundo dossiê 19.2 contamos com o trabalho das professoras Sarah Azevedo sobre o início do Império Romano, que compôs a mesa sobre Antiguidade com Juliana Magalhães e Pedro Peixoto e da professora Karine Simoni, que contribuiu como palestrante online abordando os trabalhos de Trótula e os conhecimentos obstétricos que circulavam na Península Itálica Medieval. Os trabalhos investigam sociedades e temporalidades distintas, assim como analisam tipos de fontes distintas. O primeiro artigo estuda leis, narrativas, e fontes imagéticas tais como o mural de *Tellus da Aras Pacis*, (que ilustra a capa), numismática e epigrafia. Enquanto o segundo centra-se em tratados médicos e de cuidados pessoais escritos por uma médica de Salerno do século XI.

Sarah Fernandes Lino de Azevedo, atualmente professora adjunta do quadro permanente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no artigo “Mães do Império: Maternidade e Política no Início do Império Romano”, analisa como representações da maternidade foram utilizadas como instrumento da política romana durante a Dinastia Júlio-Cláudia, a partir de fontes sobre Lúlia, esposa de Augusto; e Agripina, mãe de Nero. A autora nos mostra também como tais representações estavam associadas ao exercício do poder por parte dessas mulheres, cuja inserção na política se dava por meio da mobilização da identidade materna.

Enquanto que Karine Simoni, professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em “Traduzir retratos da gravidez, parto, puerpério: O tornar-se mãe no tempo de Trótula de Ruggiero (Séc. XI)”, discute passagens das obras de Trótula sobre gravidez, parto e puerpério, levando em consideração as diferentes escolas de

conhecimento médico que influenciaram a sua escrita e prática médica, evidenciando que estes tratados refletem a convergência de conhecimentos antigos com o desenvolvimento dos conhecimentos e práticas obstétricas na Itália no século IX. Além disso, Karine defende a autenticidade dos tratados pela médica Trótula, estabelecendo uma importante discussão e análise de como a historiografia muitas vezes falhou e falha em identificar e reconhecer autorias femininas, discutindo-se assim teorias e métodos investigativos, e importante questões de gênero, não apenas nas narrativas antigas, mas nas narrativas que nós produzimos sobre estas.

O que há de comum entre os quatro artigos, incluindo os dois volumes, é o desafio proposto de analisar as fontes com questões sobre maternidade em mente, ainda que isto requeira colar e estabelecer nexos entre informações fragmentárias colhidas de fontes diversas. Todos revelam que questões de metodologia e de teorias são cruciais para viabilizar esta possibilidade, indicando que o desinteresse no assunto o tornou invisível, não por silêncio das fontes e ausência de evidências, mas por inadequação das questões investigativas levantadas. Os quatro trabalhos em algum nível analisam questões de poder, corroborando para a compreensão do que já sabemos através das obras de Joan Scott (1995, p. 86) que ‘gênero é uma forma primária de significação das relações de poder’. Eles evidenciam de igual forma, quer seja no plano real ou do imaginado, que as sociedades concebiam formas diversas de gerar, conceber e maternar. A maternidade é atravessada por construções e ideais de gênero. Ela constitui um pilar essencial para a formação de sociedades e culturas, e, sobretudo, para a perpetuação da espécie humana, e devido a sua importância é ao mesmo tempo tão debatida, tão invisibilizada, e tão controlada. “*Todo homem precisa de uma mãe*” (Veloso, 2017).

Assim, agradecemos mais uma vez às autoras desta edição e da anterior, aos pareceristas que gentilmente compartilharam de seu conhecimento e tempo, aos editores da *Revista de História Comparada*, ao professor doutor Paulo Duarte da Silva (UFRJ), pela ideia e proposta da organização deste dossiê, a todos os palestrantes, conferencistas e ouvintes presentes e online dos dois eventos “Maternidades em sociedades pré-modernas” (2023 e 2024), e aos docentes da Instituto de História que completaram as disciplinas da graduação sobre Maternidades na Idade Média

oferecidas nos semestres 1.2023 e 1.2024 lecionadas por Farrell. Aos nossos alunos dedicamos estes dossiês. Boas leituras!

Referência Bibliográfica

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99, p. 86.

VELOSO, Zeca Lavigne. **Todo Homem** (2017).

MÃES DO IMPÉRIO: MATERNIDADE E POLÍTICA NO INÍCIO DO IMPÉRIO ROMANO

MOTHERS OF THE EMPIRE: MATERNITY AND POLITICS IN THE EARLY ROMAN EMPIRE

Sarah Fernandes Lino de Azevedo *

Resumo: Este artigo objetiva discutir questões que interseccionam maternidade e política no início do Império Romano. Especial foco será dado aos contextos augustano e neroniano, com intuito de compreender de que forma o exercício da maternidade foi exaltado na propaganda imperial empreendida por Augusto e Lúvia, e de que forma foi desprezado por Nero, desprezo este simbolizado pelo matricídio. Deste modo, analisando documentos sobre Lúvia e Agripina em conjunto, este artigo explora a hipótese de que esses documentos revelam aspectos da relação entre a maternidade e a construção da imagem imperial, atuando na construção do retrato de Augusto como um imperador ideal, e de Nero como um anti-imperador. Desta forma, analisa-se como a maternidade se apresenta nos marcadores imagéticos e retóricos do início e do fim da primeira dinastia do Império Romano. Para além de uma análise da construção da imagem de imperadores, este artigo aponta, principalmente, para a atuação política de Lúvia e Agripina.

Palavras-chave: Dinastia Júlio-Cláudia; Lúvia; Agripina; Augusto; Nero; Tácito; *Ara Pacis*.

Abstract: This paper aims to discuss issues that intersect motherhood and politics in the early Roman Empire. It focuses on the Augustan and Neronian contexts, and aims to understand how the exercise of motherhood was exalted in the imperial propaganda undertaken by Augustus and Livia, and how it was despised by Nero, a contempt symbolized by matricide. Thus, analyzing documents about Livia and Agrippina together, this article explores the hypothesis of these documents reveal aspects of the relationship between motherhood and the construction of the imperial image, acting in the construction of the portrait of Augustus as an ideal emperor, and of Nero as an anti-emperor. In this way, we analyze how motherhood is presented in the imagery and rhetorical markers of the beginning and end of the first dynasty of the Roman Empire. In addition to an analysis of the construction of the image of emperors, this article mainly points to the political actions of Livia and Agrippina.

Key words: Far-Right; Extreme Right; Traditionalism; Populism; Ontological Security.

* Professora Adjunta de História Antiga - Universidade Federal da Bahia (UFBA), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9920-4614>; sarahazevedo@ufba.br

Maternidade e Política em Roma

O exercício da maternidade e da paternidade entre a aristocracia romana esteve presente nas preocupações de Augusto, que, ao se deparar com um contingente aristocrático desfalcado pelas guerras civis, propôs uma reorganização social pautada no fortalecimento do casamento e geração de filhos. Para isso, ele promulgou um conjunto de leis que hoje conhecemos como as “Leis Matrimoniais” de Augusto. Tais leis visavam incentivar a maternidade e a paternidade, por meio da cessão de benefícios e privilégios. Às mulheres que gerassem mais de três filhos era concedida liberação da tutela masculina (*ius trium liberorum*), o que lhes permitia maior liberdade na gestão de seu patrimônio e no meio social. Aos homens com mais de três filhos era concedido o privilégio de ascender mais rapidamente na carreira política (*cursus honorum*).

As leis visavam também o combate ao adultério e à prostituição ilegal, reforçando o patriarcado romano, retraçando as fronteiras entre matronas e prostitutas. Duas categorias jurídicas do Direito Romano, as matronas e as prostitutas ocupavam polos opostos. Eram categorias fixas, havendo a categoria da adúltera como uma categoria temporária entre uma e outra. As leis previam rituais de afastamento e anulação deste elemento disruptor e transitório, a adúltera, por meio da punição por exílio em ilha ou morte. Ou seja, a matrona que cometesse adultério poderia ser exilada ou morta. Antes da lei, segundo o *mos maiorum*, a matrona poderia também ser punida pela mudança de categoria jurídica, tornando-se legalmente uma prostituta, ou sendo expulsa da cidade (Tácito, *Anais*, II, 85).

Nesta lógica patriarcal, as matronas eram mulheres casadas destinadas a gerarem e criarem filhos legítimos para o homem. Em sua reforma, Augusto, além de promulgar leis, investiu em propaganda, mobilizando e recriando uma simbologia e ideologia. Uma preocupação central era projetar a família do novo imperador como a representação da paz e prosperidade, com objetivo de criar um ideal dinástico e assim permanecer no poder.

Um documento que nos permite vislumbrar essa preocupação é a *Ara Pacis Augustae* (Altar da Paz de Augusto). Inaugurada em 9 AEC, a *Ara Pacis*, segundo palavras do próprio Augusto, nas *Res Gestae Divi Augusti* (Coisas feitas pelo Divino

Augusto), foi consagrada devido aos sucessos dele nas províncias da Espanha e da Gália:

...o senado, tendo em vista meu retorno, determinou que o Altar da Paz Augusta devia ser consagrado junto ao Campo de Marte; ordenou que, nele, as autoridades, sacerdotes e virgens vestais fizessem um sacrifício anual (*Res Gestae*, XII).

A *Ara Pacis* contém murais com relevos de representações de membros da família de Augusto e de cenas de uma mitologia helenística. Interessa nos aqui o Mural de *Tellus*, no qual se vê uma figura feminina com duas crianças no colo:

Figura 1: Mural de *Tellus* da *Ara Pacis*



Fonte: foto de Sarah F. L. Azevedo (arquivo da autora)

As crianças se encontram com mãos e bocas direcionadas aos seios, sugerindo o fator da amamentação. No debate acerca da interpretação do mural, a hipótese que defende um significado polissêmico com referência à deusa *Tellus* é bastante fundamentada. Momigliano, participando deste debate, se posicionou no sentido desta hipótese, no texto *The Peace of the Ara Pacis* (1942). Momigliano apresenta os pormenores do debate, e defende que a figura feminina se trata de *Terra Mater* (também conhecida como *Tellus*) devido ao próprio propósito do altar, de exaltar e rememorar a paz, e devido à narrativa helenística ali retratada, que deve ser entendida em conjunto. O estudioso argumenta que a *Terra Mater* vem acompanhada de duas figuras que podem ser compreendidas como uma *Aura* e uma *Nereida*, simbolizando ar

e mar, compondo um tema comum em representações do cosmos na arte augustana (Momigliano, 1942, p. 228).

Os estudos iconográficos mais recentes giram em torno dos significados polissêmicos, tendo *Tellus* como referência central. Desta forma, sem descartar a hipótese de Momigliano, aponta-se para possibilidades de interpretação pelo espectador contemporâneo à obra. Sugere-se a existência de um outro mural da *Ara Pacis*, uma retratação da Loba Capitolina amamentando os gêmeos Rômulo e Remo, que se comunicava com o mural de *Tellus*. As crianças no colo de *Tellus*, desta forma, poderiam estar associadas a esse motivo mitológico, remetendo aos gêmeos. Outra interpretação remete à família de Augusto, sendo as crianças uma representação dos próprios netos de Augusto, filhos de sua filha Júlia, os quais ele adotou para preparar como sucessores. Por fim, aponta-se para a polissemia na representação da divindade feminina, a qual também pode ser associada a Vênus, Juno, Gaia e outras divindades ligadas à fecundidade e prosperidade. Esta gama de significados, ressalta Galinsky, pode ter sido intencional, na medida em que esta multiplicidade de interpretações leva a um mesmo ideário de exaltação à política de Augusto (Galinsky, 1992).

Lívia: a mulher que deu à luz o Império

Lívia, esposa de Augusto, incorpora uma idealização da matrona romana. Entretanto, é interessante notar que Lívia não se coloca como exemplo de uma mulher - para usar uma expressão recente - “bela, recatada e do lar”, afastada dos assuntos políticos e exclusivamente dedicada à maternidade e aos afazeres domésticos. É possível vislumbrar que ela instrumentalizava a posição e a imagem da matrona com objetivo de legitimar sua inserção e participação na política romana.

Livia: First Lady of Imperial Rome (2002) é o título da biografia sobre Lívia, escrita por Anthony Barrett. Este autor argumenta ter escolhido este título para a sua obra porque considera que o papel de Lívia se assemelha ao papel da primeira dama no sentido atual, ou seja, uma mulher vinculada à política, que detém uma posição pública, mas sem exercer um cargo político.

O estudo acerca da atuação das mulheres na política romana pode fornecer muitos elementos para refletir sobre a atuação das mulheres na política dos dias de

hoje. Sabe-se que assumir cargos políticos era interdito às mulheres romanas, o que não significa que elas não tinham uma inserção na política, principalmente durante o período imperial. Já nos dias de hoje, contextos democráticos nos quais as mulheres podem se candidatar e assumir cargos têm se mostrado inoperantes, como é o caso do Brasil. A representatividade de mulheres na política brasileira é uma das menores do mundo, segundo um ranking global feito pela *IPU Parline - Global data on national parliaments* - atualizado mensalmente. Este ranking demonstra que atualmente as mulheres ocupam cerca de 17% das posições na política brasileira, situando o Brasil como o país que ocupa o lugar 135 de uma lista de pouco mais de 180 países. Neste ranking, o Brasil aparece como o país da América Latina com o menor índice de representatividade de mulheres na política¹. O índice global da *IPU Parline* tem demonstrado que a representatividade feminina na política tem crescido de forma tímida no Brasil, com apenas 2% em cada eleição. Deste modo, o índice em 2020 era de 15%, e em 2024, 17%. Importante mencionar que os estudos de gênero sobre a Antiguidade têm suscitado reflexões, por parte de historiadores - em grande medida historiadoras - a respeito das desigualdades tanto no passado quanto no presente, de modo que o passado fornece subsídios para se pensar nas questões de gênero que afetam o presente e vice-versa. Dois exemplos de reflexões nesse sentido podem ser apreendidos em trabalhos da historiadora brasileira Lourdes Conde Feitosa (ex.: 2008), e no livro-manifesto da historiadora britânica Mary Beard, *Mulheres e Poder* (2018).²

A construção da imagem de Lúcia como matrona ideal tem início no período de Augusto, e depois se estende pelo período de Tibério. Paolo Biondi nota que a *Ara Pacis* foi inaugurada exatamente no dia do aniversário de cinquenta anos de Lúcia, em 30 de Janeiro de 9 AEC. Este autor interpreta este fato como uma exaltação ao papel de Lúcia como uma matrona pública. Biondi argumenta que uma das finalidades centrais da *Ara Pacis* era comemorar e sacralizar a maternidade, por meio da conexão entre Lúcia e Juno Lucina, a divindade protetora das parturientes (Biondi, 2017, p. 42-52).

¹ https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=10&date_year=2024

² Como exemplo, destaco aqui o artigo de Feitosa intitulado "Gênero e Sexualidade no Mundo Romano: a Antiguidade em nossos dias" (2008).

A vinculação entre a *Ara Pacis* e Juno Lucina se dava pela localização do monumento, o qual foi situado em local tradicionalmente conhecido por ser local de culto e invocação a esta divindade. A *Ara Pacis* foi construída próxima à Fonte de Lucina, lugar onde havia uma peregrinação de mulheres que pediam proteção à divindade. Desta forma, Biondi defende que a tríade formada pela conexão entre Lúvia, Juno Lucina e *Ara Pacis* tinha por objetivo comemorar a renovação de Roma, que entrava em uma nova fase com a família de Augusto no poder. Esta renovação é vinculada à Juno Lucina porque ela propiciava e protegia a renovação da prole na cidade de Roma. E, por extensão, ela protegia, também, a prole da família de Augusto, que veio para trazer a paz e a renovação em Roma.

A comemoração do aniversário dos cinquenta anos de Lúvia com a inauguração da *Ara Pacis*, destaca Biondi, aponta para a construção da imagem dela como a matrona que, mesmo não estando mais em idade procriativa, cumpria com seu papel de *materfamilias*, junto ao *paterfamilias* Augusto, de forma harmoniosa (Biondi, 2017, p. 49). A co-relação de Lúvia com Juno Lucina será reforçada alguns anos depois, com a construção do Pórtico de Lúvia no Esquilino, região conhecida como sendo de domínio desta divindade, onde estava situado o principal templo de culto a Juno Lucina, e onde era realizado o ritual da Matronália anualmente, no dia 01 de Março. A associação entre Lúvia e Juno Lucina, portanto, indica a construção da imagem de Lúvia como uma tutora e protetora não só da *domus* de Augusto, como da própria cidade de Roma.

Mas Lúvia não foi projetada apenas como a mãe da cidade de Roma. Ela foi além, alçada a *Genetrix Orbis*, a mãe do mundo sob domínio de Roma, mãe de todo o império. O título *Genetrix Orbis* associa Lúvia a *Venus Genetrix*, divindade relacionada à *gens* Júlia. Nesse sentido, esse título tem por objetivo rememorar a adoção de Lúvia pela família Júlia. Nascida Lúvia Drusila, ela pertencia à *gens* Cláudia. Ambas, a *gens* Júlia e a *gens* Cláudia, eram famílias tradicionais da aristocracia romana. A junção das duas famílias, protagonizada por Augusto e Lúvia, dá início à Dinastia Júlio-Cláudia. O título *Genetrix Orbis* é atestado por inscrições epigráficas e moedas, que apontam para um culto a Lúvia em províncias como a Hispânia Bética (García, 2019). O título se coaduna com o novo nome de Lúvia, que após ser adotada pela *gens* Júlia, passa a se chamar Júlia Augusta (*Iulia Augusta*):

La referencia a su persona con el título de Genetrix Orbis es clave; suponía un punto de inflexión según el cual Iulia Augusta pasó a ser la madre del nuevo orden, una especie de reencarnación de la diosa fundadora que dio vida a la dinastía y es garante, como diosa de la fecundidad, de su continuidad. Junto a ello el propio nombre de Iulia Augusta revela una nueva intención política (García, 2019, p. 154).

Júlia Augusta é o nome que Lívia adquire com a adoção realizada pelo testamento de Augusto. Desta maneira, Lívia passa a ser uma filha adotiva *postmortem* do até então marido, que transmite seu título de Augusto à esposa, criando o título feminino Augusta. Algo inédito na política romana, Augusto transmite parte de seu poder a uma mulher, que figura como a responsável pela continuidade de sua política.

Depois da morte de Augusto e ascensão de Tibério ao poder, a construção da imagem de Lívia como mãe do império se intensifica. Tibério era filho de Lívia com seu primeiro marido, Tibério Cláudio Nero, e se tornou sucessor de Augusto depois da morte prematura dos netos que o imperador estava preparando para a sucessão. Desta forma, a intensificação da construção da imagem de Lívia como mãe do império emerge como uma estratégia para a legitimação da posição de Tibério como novo imperador, e parece ter sido empreendida, em grande medida, pela própria Lívia.

Os títulos que Lívia recebe durante o principado de Tibério demonstram essa intensificação, que é atestada pela documentação disponível. O título de *Genetrix Orbis*, por exemplo, aparece vinculado a Lívia em documentos do período de Tibério (Bélo, 2023; García, 2019). Entretanto, o reconhecimento do poder de Lívia sofre resistência por parte do filho. Tácito relata que logo após a morte de Augusto o senado votou para atribuir o título de *Mater Patriae* a Lívia, e que o fato incomodou Tibério:

Grande foi também a adulação dos senadores para com Augusta; votando uns que se lhe desse o título de *mãe*; outros de *mãe da pátria* e o maior número, que ao nome do César se lhe acrescentasse o de *filho de Júlia*. Tibério também não o aprovou, dizendo: “Que se devia guardar moderação nas honras concedidas às mulheres; e que ele seria o primeiro em dar exemplo quando se tratasse de coisas que tocassem à sua própria pessoa”. Mas o motivo verdadeiro era por ciúmes, que o devoravam: porque, receando que os obséquios feitos à mãe diminuíssem de alguma forma a sua autoridade, não consentiu que se lhe desse nem um só lictor; e até mesmo proibiu se lhe erigisse um altar de adoção, e outras semelhantes distinções (Tácito, *Anais*, I, XIV).

O Título de *Mater Patriae* é a versão feminina do título de *Pater Patriae*, e o desejo do senado em atribuir este título a Lívia demonstra o reconhecimento de Lívia e

sua boa relação com os políticos romanos. No entanto, a resistência de Tibério demonstra um atrito e representa o que uma parcela dos políticos pensava: que era preciso colocar um limite na atuação das mulheres na política romana. Entretanto, mesmo apesar da negação de Tibério, Lúvia parece ter recebido o título, uma vez que, como indica Wood, moedas provinciais foram encontradas a denominando como AUGUSTA MATER PATRIAE (Wood, 2000, p. 90).

O poder feminino incomoda porque subverte a ordem patriarcal e desafia o monopólio masculino na política. Lúvia tinha consciência da existência de reinos do período helenístico onde havia modelos de regime político com mulheres ocupando cargos, governando em partilha com homens ou assumindo interinamente. Um exemplo é o das candaces.

As candaces foram governantes do Reino de Kush, na região da Núbia, na África, entre os séculos II a.C. e IV d.C. O título candace era passado de mulher para mulher e é definido como rainha-mãe, ou rainha-guerreira, evidenciando o caráter matrifocal da organização política deste reino. A candace representava o princípio feminino na estrutura de poder partilhado. O princípio masculino era representado pelo consorte da candace, sendo muitas vezes seu filho ou marido. A candace poderia, também, assumir o governo de forma interina, o que ocorreu em diversas ocasiões.³

É muito provável que Lúvia tivesse conhecimento sobre a existência das candaces, uma vez que, como é atestado por Estrabão, o próprio Augusto travou batalhas contra uma delas. No livro XVII de sua monumental obra, *Geografia*, Estrabão, ao narrar sobre os povos africanos das regiões do Egito, Líbia e Etiópia, relata um conflito entre as tropas romanas de Augusto e as tropas da candace Amanirenas (Strabo, *Geography*, XVII, I, 54). Tal conflito se deu pouco tempo após o domínio do Egito pelos romanos, a partir da vitória de Augusto sobre Marco Antônio e Cleópatra na Batalha do Ácio, em 31 a.C.

Amanirenas resistiu ao avanço das tropas romanas sobre a região da Núbia, evitando, assim, que o Reino de Kush tivesse o mesmo destino do Egito. Segundo Estrabão, a candace enviou generais e soldados para lutarem contra o exército romano

³ Para mais informações sobre as candaces, ver: AZEVEDO, Sarah F. L. CANDACE & MATER PATRIAE: A construção do poder político feminino em África e Roma no início do Império Romano. In: LESSA, Fábio. *Gênero e Sexualidade em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2024.

liderado pelo general Petrônio. Depois de travadas algumas batalhas, a candace enviou embaixadores para tratar dos termos de um acordo de paz entre o governo romano e o governo de Kush. Tal acordo foi firmado junto a Augusto, que se encontrava na ilha de Samos, na região da Grécia. Estrabão termina a narrativa acerca do conflito ressaltando que Augusto recebeu os embaixadores da candace e atendeu a todas as reivindicações postuladas por eles, em nome dela, Amanirenas (Strabo. *Geography*, XVII, I, 54).

As influências e referências a reinos helenísticos estrangeiros na reforma augustana é um tema largamente estudado na historiografia. Vários autores apontam, por exemplo, para as referências a monarquias helenísticas na arquitetura e decoração das casas de Augusto e Lúvia no Palatino (ex.: Cominesi, 2018). A partir disso, questionamos: e onde entra Lúvia? Qual foi o papel de Lúvia na reforma augustana? Qual a agência de Lúvia? Teve Lúvia a intenção de criar e ocupar um cargo político?

Tamanini sugere que Lúvia teria instrumentalizado o papel de mãe e o simbolismo religioso relacionado à maternidade para assim poder legitimar sua atuação na política (Tamanini, 2015, p. 219). Esta autora trabalha com o conceito de *revolução liviana*, como forma de compreender e contextualizar o protagonismo de Lúvia na reforma política que propiciou a transição do regime político da República para o Império (Tamanini, 2016). Este conceito, baseado no conceito de *revolução augustana* (*augustan revolution*) (Millar 2003) visa destacar e situar os feitos e papel de Lúvia, descolando-os, pelo menos parcialmente, da figura de Augusto. Desta forma, busca-se compreender a agência de Lúvia, suas estratégias e sua inserção na política romana.

A pesquisa de Tamanini (2016) aponta para a territorialização do poder de Lúvia na cidade de Roma. A autora demonstra as influências de Lúvia na ocupação do espaço da cidade, por meio de construções empreendidas por ela ou dedicadas à ela. Revela, portanto, uma apropriação do espaço por Lúvia, que cria uma *ethopoeia* própria, baseada na construção da identidade de uma *domina-imperatrix*. Desta forma, aponta que Lúvia transitava entre a *domus-forensis* e o *forum-domesticum*, de um modo que o doméstico e o forense se sobrepunham e interagiam, complementando-se. É um poder que literalmente ganha espaço e adquire forma por meio da arquitetura e da mobilização de uma simbologia sacralizada e fortemente fundamentada no doméstico e na maternidade.

As escavações das casas de Augusto e Lúvia, no monte Palatino, apontam para a intenção de Lúvia em criar uma identidade que mobiliza elementos cosmopolitas, contextualizados e ambientados na cultura helenística, tendo a maternidade como algo central. Alguns estudiosos, como Foubert, utilizam o conceito de “lugar de memória” para a análise das casas do complexo imperial do Palatino, com objetivo de demonstrar a relação entre as modificações deste espaço com a simbologia da identidade que se buscava criar (Foubert, 2010).

Augusto, ainda Otaviano, residia próximo ao Fórum quando adquiriu a casa de Hortêncio no monte Palatino, em 42 a.C. Estima-se que em 39 a.C. Lúvia vai morar com Otaviano. No início do próximo ano, em 38 a.C., nasce o segundo filho de Lúvia, Drusus, fruto de seu primeiro casamento, com Tibério Cláudio Nero. Lúvia, portanto, estava grávida quando foi morar com Otaviano. E seu primeiro filho, Tibério, tinha então cerca de três anos de idade. Neste momento Augusto (Otaviano) contava com 24 anos de idade, e Lúvia, 20 ou 19 anos. Ficaram casados por toda a vida, e nunca tiveram filhos. Criaram juntos os três filhos de seus casamentos anteriores, Tibério e Drusus, de Lúvia, e Júlia, de Augusto. Suetônio menciona que Lúvia teria engravidado uma única vez de Augusto, mas que a bebê nascera prematuramente, sugerindo um aborto espontâneo (Suetônio, *Vida do Divino Augusto*, LXII).

A casa ficava próxima ao templo de Cibele Magna Mater, deusa introduzida no panteão romano por volta de 205 a.C, depois de uma interpretação dos Livros Sibílicos.⁴ Augusto e Lúvia se apropriam do Palatino, adquirem as casas adjacentes, ampliam a residência e mandam construir um templo a Apolo. Cibele e Apolo atribuem uma aura sagrada propícia e auspiciosa para o casal governante de Roma. Cibele Magna Mater, a deusa mãe protetora da cidade, e Apolo, aquele que traz a paz pela guerra. Lúvia e Augusto, a mãe e o pacificador.

Para completar, a casa ficava também próxima a um local reconhecido como um marco fundacional para os romanos, o local onde um dia a loba capitolina amamentou Rômulo e Remo, nas sombras da figueira Ruminal. Se apropriando também deste elemento mitológico, Augusto se coloca como um novo Rômulo, aquele que refunda

⁴ A respeito dos Livros Sibílicos e das Sibilas, autoras destes livros, ver: AZEVEDO, Sarah F. L. Mulheres que escreviam para a eternidade: a tradição sibilina na Roma Antiga e sua presença no Brasil. In: CAVICCHIOLI, Marina; SILVA, Semíramis C.; AZEVEDO, Sarah F. L. *Gênero e Poder na Antiguidade Clássica: perspectivas brasileiras*. Porto Alegre: Editora Fi, 2024.

Roma. Naquele momento, Lúvia e Augusto representavam o jovem casal que trazia a renovação para Roma.

As reformas políticas e arquitetônicas empreendidas pelo casal reconfiguram o público e o privado em Roma. A *domus* de Augusto e Lúvia é situada não só como o centro de Roma, mas como o centro de todo o Império Romano. Augusto é o *pater* de todo o império, e o *paterfamilias* de sua *domus*, enquanto Lúvia é a *mater* principal, mas não a única da *domus*. É provável que em algum momento Octávia, irmã de Augusto, tenha ido morar com o casal. E também Antônia, a jovem, depois da morte de seu marido, Drusus, filho de Lúvia. Foubert argumenta que a presença de Octávia e Antônia é positiva para a imagem da *domus*, uma vez que reforça a ideologia matronal (Foubert 2010, p.70). Uma casa com três matronas exemplares, que supervisionavam a rotina doméstica e o cuidado das crianças da casa. Nesse sentido, Foubert aponta que a casa imperial deve ser entendida como um local de habitação não só do imperador, como também de *matres familias* que podem ser consideradas como matriarcas da primeira dinastia do Império Romano. É neste sentido que Foubert aponta para a *domus imperial* como um “lugar de memória” das matronas, que eram frequentemente rememoradas como parte fundamental da tradição política estabelecida.

Estas matriarcas são rememoradas posteriormente por sucessores da dinastia. Cláudio, por exemplo, atribui o título de *Diva Augusta* à Lúvia. A deificação de Lúvia por Cláudio se coloca como o fim de um processo de divinização de Lúvia, processo este empreendido em grande medida por ela própria. Além de ser associada a Juno Lucina e Cibele, como vimos, Lúvia também é associada, desta vez mais diretamente, à Deméter, outra divindade vinculada à maternidade. Uma famosa estátua de Lúvia, hoje guardada no Museu do Louvre, é bastante elucidativa e é interpretada como Lúvia sendo representada como Deméter, Ceres e/ou Opis, todas divindades relacionadas à fecundidade da mulher e da terra, interconectadas na cosmogonia romana:

Figura 2: Estátua de Livia (58 AEC - 29 EC)



Fonte: By Tangopaso, Public Domain. Museu do Louvre.⁵

Os documentos que nos fornecem representações de Livia associada a alguma divindade maternal nos fazem questionar sobre as intenções dela em ser representada desta forma e sobre as intenções de outros em representá-la assim. É certo que Livia buscou ser representada com insígnias divinizadas que a relacionassem à maternidade, contudo, a extensão e abrangência dessas representações indicam um projeto de grandes proporções. Bélo destaca que “Livia foi celebrada como ‘nova Hera’ em Assos e Pérgamo, ‘nova Isis’ no Egito, ‘nova Afrodite’ em Chipre, e como a ‘nova Héstia-Deméter’ em Lâmpsaco” (Bélo, 2024, p. 240). Desta forma, nota-se que o projeto de Livia foi bem sucedido e que, o fato dela ser associada com várias divindades femininas vinculadas à maternidade, em diferentes locais do Império, demonstra que a intenção dela se coadunava com os padrões e expectativas locais.

Livia empreende, como aponta Tamanini, uma *revolução liviana*, dando início a uma tradição de representação e de representatividade política das mulheres da casa imperial. Entretanto, a *revolução liviana* não atinge somente as mulheres da aristocracia romana vinculadas à casa imperial, mas vai muito além, ao mesmo tempo que faz parte

⁵ Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Livia_Drusilla_\(Louvre,_Ma_1242\)#/media/File:Statue_de_Livie_\(Louvre,_Ma_1242\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Livia_Drusilla_(Louvre,_Ma_1242)#/media/File:Statue_de_Livie_(Louvre,_Ma_1242).jpg). Acesso em: 24 nov. 2024.

de um fenômeno da Antiguidade Mediterrânea. Tal fenômeno seria a inserção política de mulheres por meio da instrumentalização da identidade materna. Hemelrijk aponta que uma série de documentos, principalmente epigráficos, indicam que títulos iguais ou semelhantes ao de *mater patriae* eram atribuídos a mulheres que exerciam algum poder institucional e econômico em cidades da península itálica e também da região dos Balcãs e do Danúbio, durante os séculos II e III d.C. Nesse sentido, a autora argumenta que tais títulos, além de legitimarem a posição de poder destas mulheres atendendo a padrões sociais estabelecidos, sem aparentemente romper com paradigmas, revelam um modo de governo que pode ser denominado “maternidade fictícia”, caracterizado por autoridade maternal e cuidado afetivo (Hemelrijk, 2012).⁶

Agripina: a mãe que o imperador Nero mandou matar

Agripina Menor nasceu por volta do ano 15 d.C., filha de Agripina Maior, que por sua vez era filha de Júlia, filha de Augusto. Bisneta do fundador da dinastia, portanto, Agripina exerceu grande influência nos rumos da política romana. Casou-se três vezes, por último com o imperador Cláudio, o qual, segundo Tácito, morreu envenenado por mando dela. Com a morte de Cláudio, em 54 d.C., sobe ao poder Nero, o único filho de Agripina, fruto do seu primeiro casamento. Último imperador da dinastia Júlio-Cláudia, a qual termina com sua morte em 68 d.C. Nero não prepara um sucessor visando a continuidade no poder da família iniciada por Augusto e Lúvia. Além de não preparar um sucessor, Nero manda matar a mãe, em 59 d.C., cinco anos depois que assume o poder. Depois da morte de Agripina, Nero ainda consegue permanecer no poder por mais 9 anos, uma fase de decadência, enfrentando crises e conspirações. Em 68 d.C. Nero é considerado inimigo público do SPQR e morre em condições misteriosas. O ano que se segue, 69 d.C., é conhecido como o “ano dos quatro imperadores”, uma vez que é protagonizada uma crise, com quatro imperadores diferentes, Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano, assumindo o poder sucessivamente dentro do espaço temporal de um ano,

⁶ O protagonismo de Lúvia tem sido discutido em circuitos que vão além da pesquisa acadêmica e científica. Circuitos que, vale dizer, com certeza são favorecidos pelas pesquisas acadêmicas e científicas. Um exemplo é o debate e a repercussão gerados pela série televisiva *Domina* (2021), série centrada na personagem de Lúvia.

indicando uma instabilidade e um retorno dos conflitos aristocráticos que Augusto havia cessado.

Nero tinha 17 anos quando subiu ao poder, e, segundo Tácito, foi projetado como um novo Augusto (Tácito, *Anais*, XIII, 6). O tataraneto do fundador da dinastia, que iria dar continuidade aos tempos de paz e estabilidade. Um relevo encontrado na cidade de Afrodísias, na região da Cária (atual Turquia), demonstra uma representação de Nero e Agripina como símbolos desta continuidade:

Figura 3: Relevo de Agripina “coroando” Nero



Fonte: By Carlos Delgado, CC-BY-SA, Museu de Afrodísias.⁷

O relevo faz parte de um conjunto de representações de imperadores da dinastia Júlio Cláudia, o qual é interpretado como um indício de um culto imperial na região da Anatólia (Thommen, 2012). Mostra Agripina como se estivesse coroando o filho, que apresenta vestes militares. Agripina, por sua vez, é representada com padrão semelhante ao da estátua de Lúvia (figura 2). Ambas estão acompanhadas pela cornucópia, símbolo que as associa a divindades femininas relacionadas à fecundidade e prosperidade, aludindo à maternidade.

⁷ Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ner%C3%B3n_y_Agripina.jpg. Acesso em: 24 nov. 2024.

Agripina trilha o caminho traçado por Lúvia. Em 50 d.C., um ano depois de ter se casado com Cláudio, recebe o título de *Augusta* (Tácio, *Anais*, XII, 26). Deste modo, passa a ser chamada IULIA AUGUSTA AGRIPPINA, como atestado por inscrições e moedas (Barrett, 1996, p. 108). Os documentos da cultura material (relevos, estátuas, moedas e inscrições) demonstram uma continuidade de uma tradição iniciada por Lúvia. Entretanto, há inovações com Agripina. Uma moeda revela um modo de representação inédito, com os bustos de Nero e Agripina, em igual proporção, figurando frente a frente, em um mesmo lado da moeda. Uma mulher sendo representada face a face a um imperador era algo sem precedentes na numismática romana:

Figura 4 - Moeda representando Nero e Agripina



Fonte: The Trustees of the British Museum.

Aureus - ouro (54-57 d.C.). ANVERSO: Bustos de Nero e Agripina, legenda em Latim (AGRIPP AVG DIVI CLAVD NERONIS CAES MATER) "Agripina Augusta [esposa do] Divino Cláudio, mãe do imperador Nero". REVERSO: Inscrição com louros (EX SC) "Ex Senatus Consultum" - "Emitida por decreto do senado", legenda em Latim (NERONI CLAVD DIVI F CAES AVG GERM IMP TR P) "Nero filho do divino Cláudio, César Augusto Germânico Imperador, [exercendo o] poder tribunício".

Tácio, ao narrar sobre o período do principado de Cláudio, mostra Agripina como uma mulher ativa na política romana e protagonista na sucessão de Nero. O historiador relata as estratégias de Agripina que culminaram na ascensão do filho ao poder. A narrativa de Tácio sobre o período de Cláudio é bastante centrada no passo a passo de Agripina para alcançar o seu objetivo (Tácio, *Anais*, XII). Ela consegue o perdão para Sêneca, fazendo o filósofo retornar do exílio e assumir como tutor de Nero. Consegue também a adoção de Nero por Cláudio e o casamento de Nero com Octávia, filha de Cláudio com sua esposa anterior, Messalina. Feitos que

progressivamente vão aproximando Nero da posição de sucessor, em detrimento de Britânico, filho de Cláudio com Messalina.

Ginsburg aponta o uso do estereótipo retórico da *saeua nouerca* (madrasta má) nas construções dos retratos de Lúvia e Agripina por Tácito (Ginsburg, 2006, p. 107). A *saeua nouerca* é a madrasta má, que boicota os enteados, filhos do marido de casamentos anteriores, em benefício de seus próprios filhos. Este estereótipo é identificado nas caracterizações de Lúvia e Agripina, situadas na narrativa taciteana como duas mulheres que agem buscando eliminar os rivais de seus filhos na sucessão do poder.

Desta forma, Lúvia e Agripina são caracterizadas como mulheres ambiciosas, que lutam para a sucessão de seus jovens filhos, para com eles exercerem o poder. Entretanto, dada a interdição às mulheres de exercerem poder institucional em Roma por meio de magistraturas ou cargos, elas só poderiam exercer o poder *por meio de seus filhos*. E serão os filhos a rejeitarem as mães. Assim como Tibério, que reprovava a atuação política da mãe, Nero também é retratado por Tácito como bastante incomodado com o poder da mãe, a ponto de mandar matá-la.

Antes de mandar matar Agripina, Nero primeiro expulsou a mãe da casa imperial. Tácito relata que Nero:

[...] lhe mandou não só tirar as guardas que já de antes tinha como esposa de um imperador, e agora lhe eram conservadas como mãe de outro, porém até a mesma guarda de honra, composta de Germanos. E para que nem fosse visitada, nem tivesse uma corte, separou-se dela, e a fez ir habitar o palácio de Antônia, aonde quando algumas vezes a ia cumprimentar sempre era com o aparato de muitos centuriões, retirando-se logo, apenas com um ligeiro ósculo a tinha saudado (Tácito, *Anais*, XIII, 18).

No capítulo seguinte, Tácito faz um irônico comentário a respeito do poder feminino na política romana:

De todas as coisas humanas nada há tão instável e tão pouco seguro como a fama do poder, quando este não tem forças próprias, com que se possa sustentar. O palácio de Agripina converteu-se imediatamente em um vasto deserto: ninguém a consolava, e ninguém a ia ver, à exceção de poucas mulheres, que se não sabe se o faziam por amizade ou por ódio (Tácito, *Anais*, XIII, 19).

No trecho acima, Tácito ressalta a fragilidade do poder feminino, que não se sustenta institucionalmente. De nada vale o poder de Agripina frente ao do filho imperador, que afasta a mãe, retirando dela instrumentos do exercício do poder. Agripina fica isolada, e Tácito faz questão de mencionar que ela só recebia visitas de outras mulheres, como se todas fizessem parte da classe das destituídas. Desta forma equipara Agripina a outras mulheres, que jogam em um nível inferior no jogo político. Ressalta que não se sabe se iam visitar Agripina “por amizade ou por ódio”. São mulheres ambiciosas e falsas. Tácito, aqui, enfatiza o elemento da dissimulação, tema que é bastante explorado em sua obra. A dissimulação era um elemento importante no jogo político, pois os agentes que dominam suas técnicas têm maior chance de sobreviver e obter recursos. As mulheres, em especial, precisam dominar as técnicas da dissimulação, uma vez que precisam agir por influência, por detrás dos panos.

Tácito retrata Agripina como uma mulher que dominava as artes da dissimulação. Entretanto, Nero é caracterizado por Tácito como um dissimulador não muito habilidoso. Nero domina as técnicas do jogo, porém é inexperiente e tirano. Este contraste entre experiência e inexperiência, poder da mãe e poder do filho, é explorado por Tácito no relato sobre o matricídio. Tácito inicia o livro XIV dos *Anais* mencionando que “apressou-se Nero em consumir a grande maldade que já dantes tinha concebido, sendo agora já muito maior o seu atrevimento pela longa duração do poder” (Tácito, *Anais*, XIV, 1), e segue a narrativa dedicando os próximos capítulos ao relato do matricídio.

Entretanto, antes de partir para os pormenores do crime, Tácito menciona o tema do incesto no capítulo 2 do livro XIV, iniciando de fato a narrativa sobre o matricídio no capítulo 3. Tácito introduz o tema do incesto citando um autor chamado Clúvio, o qual dizia que Agripina, desesperada por poder, seduzia o próprio filho, apresentando-se diante dele quando ele estava bêbado. Além de Clúvio, Tácito cita também Fábio Rústico, que também teria narrado sobre relações incestuosas, ou intenções de relações incestuosas entre Agripina e Nero, mas teria atribuído esse desejo a Nero. Contudo, Tácito se mostra propício a dar mais crédito ao relato de Clúvio, que coloca a iniciativa do incesto em Agripina, argumentando que esta é uma versão mais conforme com a tradição, porque concorda com os relatos de ainda outros escritores e que seria também mais verossímil. Tácito argumenta, ainda, que é mais

verossímil porque condiz com o comportamento e com a vida pregressa de Agripina, que se casou com o próprio tio (Tácito, *Anais*, XIV, 2).

Tácito, então, depois de encerrar o tema do incesto, inicia a narrativa sobre o matricídio indicando que Nero, incomodado com os abusos de poder da mãe, que percebia como incestuosa, decide colocar um limite:

Desde então Nero começou a fugir de estar só com a mãe; e a elogiá-la, quando ela ia para os seus jardins ou para as suas terras de Túsculo e de Ântio, pelo gosto que entrava a ter pelo retiro. Afinal, achando-a importuna em qualquer parte que estivesse, tratou de a matar, unicamente indeciso se empregaria o veneno, ou o ferro, ou qualquer outro meio violento (Tácito, *Anais*, XIV, 3).

A decisão de Nero é repentina e extrema, indicando o caráter tirano dele. Tácito relata que Nero, decidido a matar a mãe, primeiro monta um estratagema, para forjar a morte como um acidente. Ele convida Agripina para jantar, na região de Baías. Finge uma reconciliação com a mãe e lhe dá uma embarcação de presente. Antes de Agripina entrar na embarcação, Nero se despede dela “beijando-lhe os olhos, e abraçando-a com muita ternura, ou para assim melhor representar o disfarce, ou porque a última vista da mãe, que ele ia fazer morrer, lhe tivesse com efeito abalado o coração, apesar de toda a sua ferocidade” (Tácito, *Anais*, XIV, 3).

A embarcação, entretanto, estava “programada” para afundar, de acordo com os planos de Nero, que havia tramado tudo com o liberto Aniceto, um dos inimigos de Agripina. Contudo, Agripina consegue se salvar do falso naufrágio, e, nadando até as margens, volta para a sua casa de verão. Ao chegar em casa, Agripina envia um mensageiro a Nero, para avisar o filho que estava viva e segura. Nero, então, segundo Tácito, é tomado de pavor, porque entende que a mãe está fingindo que não sabe que ele tramou para matá-la. Inexperiente, apavorado e tirano, Nero decide mandar o liberto Aniceto ir terminar aquilo que tinha começado. Aniceto, acompanhado de centuriões, chega à casa de Agripina, prende os escravos e adentra no quarto onde ela repousava. Agripina, então, quando avistou Aniceto:

Disse-lhe logo que se a vinha visitar, anunciasse ao príncipe que já estava restabelecida; porém se trazia intentos sinistros, ela estava bem certa de que tais ordens não podiam emanar de seu filho, porque ele era incapaz de ordenar um matricídio. Os assassinos se puseram em roda do leito, e o trierarco foi o primeiro que lhe deu com um bastão na cabeça. Vendo ela porém que o centurião puxava da

espada para matá-la, apresentou-lhe o ventre, dizendo-lhe: *aqui o tens, descarrega-lhe o golpe*; e assim morreu cortada de muitas feridas (Tácito, *Anais*, XIV, 8).

No capítulo seguinte, Tácito conta uma anedota, dizendo que:

Havia já muitos anos que Agripina conhecia qual seria o seu destino, e nunca tinha feito caso; porque tendo consultado os Caldeus a respeito de Nero, e respondendo-lhes eles *_ que reinaria para matar a sua mãe*, a isto só replicou: *_ Pois que me mate, contanto que reine* (Tácito, *Anais*, XIV, 9).

Deste modo, Tácito arremata a caracterização de Agripina como uma mulher extremamente ambiciosa pelo poder, pois mesmo sabendo que o filho um dia a mataria, ela afirmara que preferia que assim fosse, desde que ele reinasse. A Agripina de Tácito é uma mulher que simboliza um poder feminino agonizante, incompleto, inalcançável pelas mulheres romanas, mesmo aquelas que ocupavam postos no centro da política imperial. Era um poder limitado, e muitas precisavam contar com o apoio dos filhos e com o respeito e autoridade maternal para exercer poder.

A atitude de Nero em matar a mãe é abominável, entretanto, é de igual modo abominável o exercício do poder feminino pelos romanos. Desta forma, o matricídio simboliza a recusa total do exercício do poder político por mulheres. Se Tibério manifesta seu desejo de colocar limites ao poder exercido por mulheres, Nero concretiza esta manifestação.

Considerações finais

Nota-se que Tibério e Nero são retratados por Tácito como dois imperadores insatisfeitos com o exercício do poder por suas mães, Lúvia e Agripina. Ambos são semelhantes no que diz respeito à reprovação da atuação dessas - e de outras mulheres - na política romana.

Já Augusto apoia a esposa Lúvia, pois precisa dela para criar a ideologia dinástica que pretendia para legitimar a posição de sua família como central na administração da *Res Publica*. Lúvia e Augusto se colocam como o casal que está trazendo a paz e a prosperidade para Roma. Na chamada propaganda augustana, Lúvia é associada a divindades relacionadas à maternidade, e sua função de *materfamilias* é exaltada. Desta

forma, nota-se que Lúvia, ao ser alçada como uma matrona ideal, agrega valor à construção da imagem de Augusto como um *pater patriae*. Todo *pater* necessita de uma *mater*. Augusto e Lúvia empreendem uma reconfiguração política e social, e para o sucesso de suas reformas, exaltam a concórdia e harmonia da união dos dois, como se esta harmonia refletisse a própria *pax romana*. Augusto, com auxílio de Lúvia, se coloca como o imperador ideal.

Contudo, Augusto e Nero, quando colocados em contraponto, no tocante à valorização da maternidade por questões de política sucessória, podem ser compreendidos como antíteses: Augusto valoriza a maternidade e se preocupa com a sucessão, enquanto Nero despreza a maternidade, chegando a matar a própria mãe e não prepara um sucessor. A ausência de sucessor põe fim à dinastia Júlio-Cláudia e um período de instabilidade tem início. Enquanto Augusto cessou as guerras civis e estabeleceu a paz com sua família no poder, Nero não deu continuidade ao projeto, trazendo de volta instabilidade e crises na aristocracia política. Nero não valoriza a família e não se preocupa com a manutenção da dinastia, além de não preparar um sucessor, ao matar a mãe ele anula o vínculo mais importante que tinha com Augusto, o vínculo sanguíneo transmitido por Agripina. A imagem de Nero, desta forma, pode ser compreendida como a de um anti-augusto, um anti-imperador.

Desta forma, os documentos analisados neste artigo tem o potencial de apontarem para representações da maternidade como marcadores do início e do fim da primeira dinastia do Império Romano. Demonstrem aspectos da maternidade sendo simbolizados e mobilizados na propaganda imperial empreendida por Augusto e Lúvia. Explicitam a instrumentalização do papel matronal por Lúvia como forma de legitimar sua posição e inserção na política romana, apontando para uma revolução liviana. Indicam impactos posteriores desta revolução, com mulheres se inspirando em Lúvia. E, por fim, demonstram como uma das sucessoras de Lúvia, Agripina, foi eliminada do jogo político, morta a mando do próprio filho. A morte de Agripina simboliza a total rejeição da atuação das mulheres na política romana.

Referências Bibliográficas

Documentos

AUGUSTO. Os feitos do Divino Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*). In: SUETÔNIO & AUGUSTO. **A vida e os feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 127-138.

STRABO. **Geography**. Volume VIII: Book 17. General Index. Translated by Horace Leonard Jones. Loeb Classical Library 267. Cambridge: Harvard University Press, 1932.

SUETÔNIO. Vida do Divino Augusto (*Vita Diui Augusti*). In: **SUETÔNIO & AUGUSTO. A vida e os feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 51-115.

TÁCITO. **Anais**. Trad. J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1952. (Clássicos Jackson, v. XXV).

Livros e artigos

AZEVEDO, Sarah F. L. Mulheres que escreviam para a eternidade: a tradição sibilina na Roma Antiga e sua presença no Brasil. In: CAVICCHIOLI, Marina; SILVA, Semíramis C.; AZEVEDO, Sarah F. L. **Gênero e Poder na Antiguidade Clássica: perspectivas brasileiras**. Porto Alegre: Editora Fi, 2024.

AZEVEDO, Sarah F. L. CANDACE & MATER PATRIAE: A construção do poder político feminino em África e Roma no início do Império Romano. In: LESSA, Fábio. **Gênero e Sexualidade em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2024

BARRETT, Anthony. **Agrippina: sex, power and politics in the early empire**. New Haven and London: Yale University Press, 1996.

BARRETT, Anthony. **Livia: First Lady of Imperial Rome**. New Haven & London: Yale University Press, 2002.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Crítica, 2018.

BÉLO, Tais Pagoto. Ceres, Diana and prosperity in coins of Livia and Agrippina the Younger. In: KLEINOVÁ, K & KARABÁS M. **Weaving Narratives: EAA Annual Meeting, 2023**. Belfast: EAA - European Association of Archaeologists, 2023, p. 1013-1014.

BÉLO, Tais Pagoto. **A força das mulheres romanas por meio das moedas e uma crítica feminista do passado para o presente**. Curitiba: editora Appris, 2024.

BIONDI, Paolo. **I misteri dell' Ara Pacis**. Bari: Edizione di Pagina, 2017.

COMINESI, Aurora R. **Augustus in the Making: A Reappraisal of the Ideology behind Octavian's Palatine Residence through its Interior Decoration and Topographical Context.** *Latomus*, 77, p. 704-735, 2018.

FEITOSA, Lourdes C. Gênero e Sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias. **História: Questões & Debates**, n. 48, p. 119-135, 2008.

FOUBERT, Lien L. The Palatine dwelling of the 'mater familias'. Houses as symbolic space in the Julio-Claudian period. **Klio**, n. 92, p. 65-82, 2010.

GALINSKY, Karl. Venus, Polysemy, and the Ara Pacis Augustae. **American Journal of Archaeology**, vol. 96, n.3, p. 457-475, 1992.

GARCÍA, Goretti O. Genetrix Orbis: madre de la Dinastía Julio-Claudia, madre del Imperio, madre del orbe. La imagen de Livia Drusila en el territorio de la Bética. **Habis**, Universidad de Sevilla, n. 50, p. 147-166, 2019.

GINSBURG, Judith. **Representing Agrippina: construction of female power in the early Roman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEMELRIJK, Emily A. Fictive Motherhood and Female Authority in Roman Cities. **Eugesta**, n. 2, p. 201-220, 2012.

MILLAR, Fergus. **The Roman Republic and the Augustan Revolution.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. The Peace of the Ara Pacis. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 5, n. 1, p. 228-231, 1942.

TAMANINI, Andréia. *Domus Liviae: família, gênero e identidade na gens imperial.* **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, n. 17, p. 215-228, 2015.

TAMANINI, Andréia. **Um novo território em Roma: A oratio silens de Livia na espacialização de sua ethopoeia como domina imperatrix.** Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

THOMMEN, Geraldine. The Sebasteion at Aphrodisias: An Imperial Cult to Honor Augustus and the Julio-Claudian Emperors. **Chronika**, v. II, p. 82-91, 2012.

WOOD, Susan E. **Imperial Women: a study in public images, 40 B.C. - A.D. 68.** (Mnemosyne Supplementum). Leiden/Boston/Koln: Brill, 2000.

Recebido: 27/11/2024

Aprovado: 20/10/2025

TRADUZIR RETRATOS DA GRAVIDEZ, PARTO, PUERPÉRIO: O TORNAR-SE MÃE NO TEMPO DE TROTULA DE RUGGIERO (SÉC. XI)

TRANSLATING PORTRAITS OF PREGNANCY, CHILDBIRTH, AND POSTPARTUM:
BECOMING A MOTHER IN THE TIME OF TROTULA DE RUGGIERO
(11TH CENTURY)

Karine Simoni*

Resumo: Apresentam-se referências à gravidez, parto e puerpério na obra *De Passionibus Mulierum* [Sobre as doenças das mulheres], de Trotula de Ruggiero (século XI), médica e professora da Escola de Medicina de Salerno, sul da Itália. No tempo de Trotula, tornar-se mãe era uma experiência imersa em tradições comunitárias que refletiam seja a sabedoria empírica das parteiras, seja a medicina de Hipócrates e Galeno. Diante da alta mortalidade materna e infantil, a gravidez era acompanhada por rituais protetivos e práticas baseadas no equilíbrio dos humores, enquanto o parto era assistido com técnicas para minimizar as dores e os riscos à mãe e ao bebê. O puerpério, por sua vez, exigia cuidados especiais para restaurar a saúde da mãe. A obra de Trotula contribuiu para dar maior dignidade às mulheres, à medida em que propunha tratamentos específicos para aliviar o sofrimento e enfatizava a importância da higiene e do acompanhamento individual, também destaca o papel da mulher na medicina medieval.

Palavras-chave: *De Passionibus Mulierum* [Sobre as doenças das mulheres]; Trotula de Ruggiero; século XI; maternidade.

Abstract: The article presents the references to pregnancy, childbirth, and the postpartum period appear in the work *De Passionibus Mulierum* (*On the Diseases of Women*) by Trotula de Ruggiero (11th century), a physician and professor at the School of Medicine in Salerno, southern Italy. In Trotula's time, becoming a mother was an experience deeply immersed in community traditions, reflecting both the empirical wisdom of midwives and the medicine of Hippocrates and Galen. Given the high maternal and infant mortality rates, pregnancy was accompanied by protective rituals and practices based on balancing the humors, while childbirth was supported with techniques aimed at minimizing pain and reducing risks for both mother and baby. The postpartum period, in turn, required special care to restore the mother's health. Trotula's work contributed to elevating the dignity of women by proposing specific treatments to alleviate suffering, emphasizing the importance of hygiene and individualized care, and highlighting the role of women in medieval medicine.

Keywords: *De Passionibus Mulierum* [On the Diseases of Women]; Trotula de Ruggiero; 11th century; motherhood.

*Professora do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4965-7196>

Introdução

O presente estudo é a versão escrita da palestra realizada em maio de 2023 no evento *Maternidades em sociedades pré-modernas: realidades e representações*, realizado no âmbito do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizado por Elaine Pereira Farrell, Clarissa Mattana, e Pedro Peixoto, a quem agradeço pela confiança e pela oportunidade de retomar os estudos sobre Trotula di Ruggiero (século XI), revisitando-a desta vez sob a perspectiva da gravidez, do parto e do puerpério.

Tal recorte reflete uma trajetória marcada por um esforço coletivo iniciado com a professora Luciana Calado Deplagne e com o professor Alder Calado, da Universidade Federal da Paraíba, colegas que me apresentaram os escritos de Trotula e com quem traduzi, organizei e publiquei o volume *Sobre as doenças das mulheres* (2018), com o objetivo de contribuir para a acessibilidade do pensamento de Trotula pelo público brasileiro através da tradução.

Trotula di Ruggiero, médica e professora da Escola de Medicina de Salerno, sul na Itália, teria falecido por volta de 1085 e 1097, como atestam documentos fúnebres da catedral de Salerno, e seu tratado *De Passionibus Mulierum* [Sobre as doenças das mulheres], também conhecido como *Trotula Maggiore* [Trotula Maior], representa uma das primeiras tentativas de sistematizar os cuidados com a saúde das mulheres com base em princípios racionais e observações diretas dos sintomas da paciente (Cavallo, 1994, p. 11). Meu objetivo neste momento é percorrer o texto, na referida edição de 2018, de modo a destacar como o saber de Trotula em relação à gravidez, parto e puerpério é construído e repassado. Encaminho minhas reflexões com alguns questionamentos: Quais são as principais referências e descrições de Trotula sobre a gravidez? Que práticas e tratamentos específicos para o parto e para os cuidados no puerpério, inclusive em casos de complicações, ela propõe em seu tratado, e como essas práticas se comparam aos conhecimentos da época? Em que medida as teorias médicas de Hipócrates e Galeno influenciaram as referências de Trotula sobre gravidez, parto e puerpério? De que forma as tradições e a influência das parteiras são integradas ou mencionadas nas observações de Trotula sobre a maternidade? Como a obra de Trotula contribui para o entendimento das práticas de higiene e assistência

individualizada no contexto da maternidade medieval? Quais elementos do tratado indicam uma preocupação com a dignidade e o bem-estar das mulheres durante o processo de tornar-se mãe?

Essas perguntas funcionam aqui mais como ponto de partida para um entendimento que se pretende não conclusivo sobre o tema da maternidade em Trotula do que como um prenúncio de respostas objetivas e comprovadas. De fato, o/a historiador/a constrói o conhecimento através de vestígios, como bem afirmou Marc Bloch (2001, p. 73), e aquele/a que lida com o medieval sabe que a escassez de fontes torna ainda mais difícil o trabalho de compreensão do passado; os dados disponíveis, muitas vezes fragmentados e sujeitos a múltiplas interferências e interpretações, aumentam a possibilidade de lacunas no entendimento. Em virtude desses hiatos, “toda uma parte de nossa história necessariamente incide sobre o aspecto, um pouco exangue, de um mundo sem indivíduos.” (Bloch, 2001, p. 76). Com efeito, Trotula é quase um “não indivíduo”, pois, como acontece com tantas outras mulheres e homens, informações sobre sua vida são escassas e mesmo sua existência foi colocada em dúvida, provavelmente pelo fato de ser mulher. Contudo, isso não é motivo para não estudá-la, pelo contrário: “É sempre desagradável dizer: ‘não sei, não posso saber’. Só se deve dizê-lo depois de tê-lo, energeticamente, desesperadamente buscado” (Bloch, 2001, p. 76).

Busco, portanto, de início, apresentar brevemente a autora, destacando seu papel como médica e professora da Escola de Medicina Salerno, e uma das poucas mulheres da medicina medieval cuja obra chegou até nós, para em seguida abordar o contexto em que os dois tratados a ela atribuídos foram escritos e transmitidos ao longo do tempo, bem como sua estrutura e principais temas. Na sequência, procuro detalhar como Trotula aborda os aspectos da gravidez, do parto e do puerpério em sua obra, mostrando as práticas e os tratamentos propostos, observações sobre a anatomia e a fisiologia da mulher, os rituais protetivos e as técnicas de assistência ao parto, os métodos sugeridos para a recuperação da mãe no pós-parto, como o uso de ervas, unguentos, repouso e alimentação adequadas, além dos cuidados com o recém-nascido. Por fim, defendo a importância de traduzir e divulgar textos escritos por mulheres, especialmente em um campo como a medicina medieval, onde as

contribuições femininas foram muitas vezes negligenciadas, e ressalto a tradução como um ato crítico e político para ajudar a recuperar e dar voz a essas figuras históricas.

Entre a tradição e a inovação: notas sobre a vida e os textos de Trotula

Se no seu tempo e nos séculos imediatamente sucessivos Trotula foi reconhecida não só na Escola de Salerno, mas em outros lugares da Europa, sendo seus textos traduzidos para línguas como inglês, alemão, catalão, dentre outras, nos séculos subsequentes a sua existência passou a ser envolta em controvérsias e dúvidas; a autoria da sua obra foi desacreditada ou atribuída a autores homens, ou ainda a coletâneas de múltiplos autores (Cavallo, 1994). Essa perda de reconhecimento sofrida por Trotula pode ser vista como bastante representativa das dificuldades enfrentadas por tantas outras mulheres ao longo da história para terem suas conquistas preservadas e reconhecidas. Ao mesmo tempo em que raros são os registros sobre sua vida, em contrapartida, quase nunca é questionada a existência de homens cujos documentos que atestam suas atividades igualmente se perderam no tempo.

Um dos primeiros a reconstituir a memória de Trotula foi o médico e historiador Salvatore di Renzi, que na sua *Storia documentata della Scuola Medica di Salerno* [História documentada da Escola Médica de Salerno], publicada em Nápoles em 1857, dedica 16 páginas a Trotula e escreve:

Estudando os poucos documentos que a devastação do tempo e, mais do que isso, o que o orgulhoso descuido nos permitiu conservar, veremos nossos ancestrais mais dignos de nossa admiração do que de nossa piedade. Espero que isso fique claro nas poucas coisas que direi sobre Trotula Salernitana.

Esta mulher famosa, como se observa em documentos incontestáveis, viveu em Salerno na época do último príncipe lombardo e, portanto, antes da chegada de Constantino. Já possuímos um livro publicado, que trata da enfermidade das mulheres, e que é conhecido pelo nome de *Trotula*. Esse livro, como vimos, foi escrito por um médico posterior, que deveria ter vivido no início do século XIII; mas o próprio autor admite tê-lo extraído da obra de Trotula, a quem ele chama de *Magistra operis*⁸ (1857, p. 193). (Tradução nossa)

⁸ “Studiando ne’ pochi documenti che la ingiuria del tempo, e più di essa la orgogliosa noncuranza ha permesso di conservare, vedremo i nostri antenati più degni della nostra ammirazione che del nostro superbo compatimento. Io spero che ciò apparisca chiaro dalle poche cose che sarò per dire intorno a Trotula Salernitana. Questa donna famosa, come raccogliessi da’ documenti incontrastabili, viveva in Salerno nel tempo dell’ultimo Principe Longobardo, e però prima dell’arrivo di Costantino. Un libro possediamo già pubblicato per le stampe, che tratta della malattia delle donne, e che va sotto il nome di Trotula. Questo libro come vedemmo è stato scritto da un Medico posteriore, e che viver doveva a’ principi del tredicesimo secolo: ma l’Autore stesso confessa di averlo estratto dall’opera di Trotula, che chiama *Magistra operis*”.

O autor cita várias fontes medievais para desconstruir a ideia vigente segundo a qual Trotula não teria existido, dentre eles os testemunhos do monge e cronista anglo-normando Olderico Vital (1075–c.1142), na sua *Historia Ecclesiastica* (História Eclesiástica); e de outros autores menos conhecidos, como Tiraquello, Fabrizio, Mazza, Bartolino, Morgagni e Gruner. Assim, ele conclui:

Tudo, portanto, confirma que Trotula era de Salerno, não apenas pelas razões indicadas, mas também porque é autora de artigos incluídos no *Compêndio Salernitano*, escrito no final do século XI, e porque a maior parte de seus preceitos de obstetrícia ainda se conservam quase tradicionais entre as nossas parteiras. Além disso, alguns nomes populares de plantas ainda são preservados em muitos lugares do nosso reino, assim como ainda se praticam certos remédios empíricos, métodos para eliminar marcas de nascença e até mesmo o uso de amuletos. O nome Trotta, Trotula e *Trocta* ocorre com frequência entre as mulheres salernitanas desde o século IX em diante, sendo especialmente frequente nos séculos XI e XII.⁹ (1857, p. 197). (Tradução nossa)

Como se percebe, o esforço do autor em comprovar a existência de Trotula e valorizar a sua memória evoca a importância de reinterpretar a história e reconhecer o valor histórico das figuras – especialmente mulheres – cujos legados foram em grande parte apagados ou subestimados. Décadas antes da Escola francesa dos *Annales* e seus desdobramentos, Di Renzi ressalta a falta de atenção que muitas vezes é dada a esses legados, e indica o desejo de resgatar e enaltecer nomes que teriam contribuído para a formação e evolução do conhecimento médico e da posição das mulheres na sociedade. Seus apontamentos parecem ter inspirado pesquisas posteriores, a destacar os trabalhos de Kate Hurd Mead (1938), Elisabeth Hohl (1940), Monica Green (1999, 2001, 2007), Pina Boggi Cavallo (1994), Sonia Barillari (2012), dentre outras que, em contextos históricos e acadêmicos distintos, ajudaram a reinterpretar a figura de Trotula, por muito tempo relegada aos porões da história, destacando tanto a importância histórica dos textos quanto os desafios de definir sua identidade e sua relevância histórica e cultural.

⁹ “Tutto quindi conferma che Trotula sia Salernitana, non solo per le ragioni indicate, ma ancora perchè è autrice di articoli compresi nel Compendio Salernitano, scritto al cader dell’undecimo secolo, e perchè la maggior parte de’ suoi precetti di ostetricia si conservano quase traduzionali tra le nostre Levatrici; ed inoltre alcuni nomi volgari di piante sono tuttavia serbati in moltiluoghi del nostro regno, come ancora si praticano alcuni rimedii empirici, i mezzi da distruggere le voglie, e financhè gli amuleti. Il nome di Trotta e Trotula e *Trocta* ocorre frequentemente fra le donne salernitane dal nono secolo in poi, e soprattutto è frequentissimo ne’secoli XI e XII”.

Vale lembrar que a presença das mulheres na medicina está documentada desde os tempos mais remotos: para Erika Maderna (2017), a trajetória do conhecimento médico e botânico está intrinsecamente ligada à história das mulheres – podemos lembrar, a título de exemplo, as esculturas paleolíticas denominadas “Vênus”, que dizem respeito à maternidade e à fertilidade. Para a autora, já nos tempos antigos notava-se uma divisão dos encargos da mulher e do homem na sociedade. O grupo masculino “agia no exterior da comunidade, cumprindo as tarefas da caça e, posteriormente, da guerra”, (Maderna, 2017, p. 09) (Tradução nossa) enquanto as mulheres dedicavam-se à gestão da dimensão interna do espaço:

[...] a casa e tudo o que nela se produzia do ponto de vista material (a coleta e o armazenamento das matérias-primas, a preparação e conservação dos alimentos, a produção têxtil para a confecção das roupas) e imaterial (o crescimento dos filhos, o cuidado dos idosos e dos doentes).¹⁰ (2017, p. 09). (Tradução nossa)

Tais funções conferiam às mulheres autoridade sobre as instâncias da vida, da fertilidade/maternidade e da natureza, tornando-as detentoras do saber e dos segredos da cura, dos cuidados com o corpo doente e do nascimento, enquanto o homem reconhecia, abdicava e respeitava essas competências do gênero feminino. Com as profundas mudanças antropológicas e culturais advindas com a palavra escrita, as comunidades voltadas aos valores do matriarcado foram se transformando em sociedades guerreiras, patriarcais e incubadoras das culturas clássicas e fundamentadas na razão, cruciais para a construção das bases teóricas da diferença entre os gêneros. O saber do matriarcado passou a ser fonte de desconfiança e desprezo até culminar com a caça às mulheres na Inquisição do período moderno. (Maderna, 2017, p. 10-11).

Considero essa premissa fundamental para compreender o contexto e a relevância do trabalho de Trotula no século XI. Mesmo que não tenham chegado até nós muitas informações a respeito de sua vida – sabe-se, contudo, que nasceu de uma família aristocrata e que casou-se com o médico Giovanni Plateario, com quem teve dois filhos, Giovanni e Matteo, que também abraçaram a medicina (Santucci, 2008, p.

¹⁰ “operava all’esterno della comunità, assolvendo ai compiti della caccia, e in seguito della guerra” [...] “la casa e tutto ciò che vi si produceva dal punto di vista materiale (la raccolta e lo stoccaggio delle materie prime, la preparazione e conservazione dei cibi, la produzione tessile per il confezionamento del vestiário) e immateriale (la crescita dei figli, la cura dei vecchi e degli ammalati)”.

86-88) –, seu tratado nos oferece indícios de seu trabalho como médica e professora que atuava não como exceção ou ato isolado, mas como uma continuidade das práticas de cura e cuidado inseridos em uma tradição feminina ancestral; saberes e habilidades que as mulheres desenvolveram e transmitiram ao longo das gerações através de uma rede de conhecimento compartilhado, construído e preservado dentro de uma perspectiva cultural e social que tinha o corpo feminino como centro. Trotula, de fato, não foi a única mulher na Escola Médica de Salerno: em épocas diversas, são conhecidos os nomes de Abella, Rebecca Guarna, Mercuriade, Costanza Calenda, dentre outras, ainda que suas obras e mesmo suas biografias tenham se perdido (Santucci, 2008, p. 86). Além disso, o saber de Trotula provinha também de autores clássicos como Hipócrates e Galeno, citados três e onze vezes, respectivamente, na obra *Sobre as doenças das mulheres*.

É preciso destacar que, sob tal título, integram-se os dois textos atribuídos à Trotula: *De passionibus mulierum ante, in e post partum* [Sobre as doenças das mulheres antes, durante e depois do parto], também chamado de *Trotula maggiore* [Trotula maior], e *De ornatu mulierum* [Sobre a beleza das mulheres], ou *Trotula minore* [Trotula menor]. Segundo Pina Cavallo, existem ao menos 120 manuscritos que referenciam o nome de Trotula, espalhados em várias bibliotecas e universidades europeias. Esses textos circularam em variantes distintas até que o editor Georg Kraut reuniu o conteúdo de ambas em um só e o publicou pela primeira vez em 1544, sob o título *De passionibus mulierum ante, in et post partum*, texto de referência até hoje (1994, p. 35-36). *Sobre as doenças das mulheres*, é, portanto, o resultado da junção do *Trotula maggiore* e do *Trotula minore*, em suas várias versões, junção esta que remonta ao século XVI.

O próprio texto oferece pistas muito evidentes de que foi escrito por uma mulher, quando se lê, logo no início, as motivações para o seu desenvolvimento:

Porque as mulheres são por natureza mais frágeis que os homens, nelas as doenças abundam com mais frequência, sobretudo em torno dos órgãos reservados à função natural. Como esses estão posicionados em um lugar mais íntimo, por pudor e pela fragilidade da sua condição, elas não ousam revelar ao médico as aflições das suas enfermidades. Por tal motivo, eu, tendo compaixão pela sua desventura e particularmente impulsionada pela solicitação de uma certa senhora, comecei a ocupar-me diligentemente das doenças que muito frequentemente molestam o sexo feminino (Ruggiero, 2018, p. 37).

O conteúdo do tratado não se limita apenas às questões de gravidez, parto e puerpério/maternidade, embora esses assuntos sejam predominantes. O tratado está dividido em 63 capítulos, sendo que os primeiros 60 correspondem ao *Trotula maggiore*, dedicado às doenças e seus tratamentos, e os três últimos ao *Trotula minore*, dedicados às práticas de embelezamento. Cada capítulo tem extensão variada e aborda um assunto; assim, na primeira parte tem-se a explanação dos sintomas e o respectivo tratamento para a falta ou o excesso das menstruações, problemas como prurido e inchaço nos órgãos genitais, infertilidade feminina e masculina, cancro, excesso de suor, hemorroidas, disenteria, piolhos e sarnas, dor de dente, feridas na pele, doenças dos olhos e da garganta; sugestões para engravidar e para evitar a gravidez, cuidados na gestação, questões do parto, cuidados com o recém-nascido e com a mãe após o parto, soluções para repor a virgindade da mulher, formas para emagrecer, dentre outros; enquanto na segunda parte podemos encontrar fórmulas para lavar o rosto, tratar as rugas do rosto, sardas, manchas; clarear a pele, escurecer ou clarear os cabelos, fazer crescer os cabelos, eliminar espinhas, branquear os dentes, tratar mau hálito; amaciar as mãos, dentre outras. Trotula pensa a todas e todos e preocupa-se em oferecer tratamentos para vários tipos de doenças e desconfortos: volta-se a quem precisa refazer a virgindade, aos homens que sofrem de inchaço na região genital, às mães que precisam de uma nutriz para seu bebê, às mulheres que não podem ter relações sexuais mas que precisam aplacar o desejo carnal, e assim por diante. Nos quadros a seguir, apresento especificamente os capítulos nos quais Trotula se refere aos temas da fertilidade da mulher, à gravidez, parto, puerpério e cuidados com o bebê e com as crianças, foco deste estudo:

Quadro 1: Anatomia e fisiologia do corpo da mulher

Capítulos	Assuntos
I ao X	Questões sobre retenção, excesso ou falta da menstruação, compressão do útero, deslocamento do útero, coceira na vulva, lesões e úlceras no útero

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 2: Gravidez

Capítulo	Assunto
XI	Sobre a dificuldade de conceber e sobre as coisas que favorecem a fecundação
XII	Sobre a formação do sêmen concebido
XIII	Sobre a posição do feto no útero
XIV	Sobre os sinais da gravidez
XV	Sobre a alimentação das mulheres grávidas

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 3: Parto

Capítulo	Assunto
XVI	Sobre a alimentação da parturiente
XVII	Sobre a dificuldade do parto
XX	Sobre as coisas que acontecem às mulheres depois do parto
XXXII	Sobre a ruptura da vulva
XXXIII	Sobre a dor da vulva
XXXVII	Sobre a retenção da placenta
XXXVIII	Sobre o aborto
LVII	Sobre as hemorroidas

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 4: Cuidados com o bebê e com as crianças

Capítulo	Assunto
XVIII	Sobre os cuidados com o bebê
XIX	Sobre a escolha da nutriz
XXV	Sobre a tosse convulsiva das crianças
LI	Sobre as pústulas das crianças

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Devido à limitação de espaço, não é possível abordar todos esses tópicos com a profundidade desejada; por essa razão, apresentarei apenas alguns exemplos, com o intuito de oferecer ao leitor e à leitora alguns pontos que sejam representativos e, ao mesmo tempo, não exaustivos e sim capazes de levar a uma reflexão mais ampla e criar, quem sabe, um ponto de partida para novas pesquisas.

Trotula e os saberes do corpo feminino: a gravidez, o parto e o puerpério

É importante lembrar que a experiência da gravidez, do parto e do puerpério, para uma mulher medieval, era sinônimo de grande risco de sofrimento e ou de morte devido a complicações recorrentes como infecções, hemorragias e obstruções, agravadas pela compreensão limitada dos aspectos anatômicos e biológicos do corpo em estado de gravidez e pelo desconhecimento da importância de certas práticas de higiene. Nesses casos, procedimentos como a retirada do bebê via cesariana eram extremamente arriscados e a chance de sobrevivência da mulher e do bebê era quase nulo.

Mesmo com todos os riscos, contudo, ter filhos era a principal missão de vida das mulheres. No contexto social, elas eram vistas principalmente como responsáveis pela continuidade da linhagem familiar, de modo que mulheres que demoravam para engravidar ou não engravidavam enfrentavam estigmas sociais, sendo muitas vezes vistas como amaldiçoadas. Isso porque, segundo Claudia Opitz, na concepção medieval do mundo,

a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia-a-dia da mulher e para a sua posição na sociedade. Dar à luz e criar os filhos eram as suas tarefas principais, a 'profissão' das mulheres casadas, sobretudo nas regiões mediterrânicas da Europa (OPITZ, 1990, p. 377-378). (Tradução nossa)

Um filho, via de regra, era motivo de alegria: para os nobres, significava a continuidade da dinastia; para os trabalhadores, simbolizavam um apoio para o sustento da família. Assim, não causa estranheza o fato de o tratado de Trotula centrar-se em entender o funcionamento do corpo feminino justamente pelo interesse em cuidar dele, de modo especial da mulher grávida, parturiente e no pós-parto, além da atenção em manter o recém-nascido vivo. A obra de Trotula, nesse sentido, não foge da visão de mundo da época, ao mesmo tempo que a amplia, como veremos a seguir. Suas observações são representativas do trabalho das parteiras, com seus conhecimentos ancestrais transmitidos oralmente e suas técnicas baseadas em ervas, amuletos e remédios naturais, ao mesmo tempo em que a medicina galênica também se faz presente.

Retornando aos quadros, o primeiro deles indica os capítulos de I ao X do tratado, nos quais as doenças das mulheres são relacionadas à constituição do seu corpo, em especial pela presença do útero e pela presença das menstruações. Para Trotula, boa parte das doenças das mulheres era ocasionada pelo movimento do útero, descrito em vários momentos do texto, em consonância com o saber hipocrático e galênico: “Às vezes o útero se desloca de sua posição, às vezes desce e outras vezes sai através da vulva. Isso acontece por causa do enfraquecimento dos nervos e do excesso de humores frios” (Ruggiero, 2018, p. 57). Tal movimento era observado a partir de sintomas externos, pois o conhecimento anatômico não estava ainda suficientemente desenvolvido a ponto de desvendar em detalhes o funcionamento interno do corpo humano; pelo contrário, o corpo era bastante incógnito, e o conhecimento das suas dinâmicas e estruturas dependia basicamente da aceitação dos saberes já existentes, em especial dos estabelecidos por Hipócrates e Galeno. Médica e professora, Trotula parece não fazer julgamentos morais e descreve com naturalidade o fenômeno da menstruação, a prescrição de métodos contraceptivos, a esterilidade, a sexualidade de mulheres casadas e solteiras. Seu olhar volta-se para a defesa da mulher, ao reconhecer publicamente, por exemplo, que a esterilidade do casal não pode ser atribuída exclusivamente à mulher:

[...] a concepção é impedida tanto por defeito do homem quanto da mulher. Se for por defeito da mulher, isso acontece por dois motivos: pelo excessivo calor do útero ou pela umidade. De fato, às vezes o útero [...] não pode segurar o esperma injetado; outras vezes, pela sua excessiva umidade, sufoca o esperma, e outras vezes ainda seu excessivo calor queima o esperma, que não consegue fecundar. Se a concepção for impedida por defeito do homem, isso acontece por ausência do impulso que estimula o esperma, ou por falta de umidade no esperma, ou ainda por falta de calor. Se acontecer por falta de calor, o sintoma é que não deseja o coito [...] Se acontecer por causa da ausência de impulsos, o sintoma é que o homem tem desejo, mas a verga não fica ereta. A esses homens prestamos socorro com um unguento que produz muitos impulsos. Se na verdade for por falta de esperma, o sintoma é que quando copula lança pouco ou nenhum esperma (Ruggiero, 2018, p. 69 e 63).

Da mesma forma, sem moralismos, ela discorre sobre métodos para conceber, os quais se baseiam antes de tudo num estado de relaxamento e tranquilidade advinda com o autocuidado: ervas e fumigação são indicadas como forma de purificar a vulva e o útero, de modo que “a paciente receba algum conforto, suavidade e bem estar. [...]

duas ou três vezes por semana ela deve ter relações sexuais porque assim poderá engravidar mais rapidamente” (Ruggiero, 2018, p. 69). Ainda, pensa em métodos contraceptivos, o que parece bastante peculiar e ousado para a época, pois na perspectiva do cristianismo esse controle sobre a vida cabia somente a Deus. Em suas palavras,

Se quiserem conceber um menino, o homem deve pegar o útero e a vulva de uma lebre e dissecá-los e, depois de triturados, devem ser diluídos com vinho e bebidos. A mulher deve fazer algo semelhante com testículos de lebre e, ao final da menstruação, deve deitar com seu homem e então conceberá um menino. [...] Note, disse Galeno, que as mulheres que têm vulvas pequenas e úteros estreitos não devem ter relações com um homem, para que não morram ao parir. Mas, como nem todas podem abster-se, precisam da nossa ajuda. Portanto, se alguma delas não ousa engravidar por causa do perigo de morte, deve levar consigo sobre sua carne nua um útero de cabra que nunca pariu. Existe uma pedra, chamada azeviche, que levada junto ao peito ou mesmo consumida é um obstáculo para a concepção. [...] Se ainda tiver sido machucada no parto e por medo da morte não quiser mais conceber, deve colocar em um saquinho tantos grãos de catapúcia ou de cevada quantos forem os anos em que quiser permanecer estéril. Se quiser ficar estéril para sempre, deve colocar ali um punhado (Ruggiero, 2018, p. 73 e 75).

O fato de Trotula recomendar estratégias para evitar a concepção para mulheres em situação de risco de morte pode ser visto como um indício de que as relações sexuais, no seu tempo e na sua região, eram aceitas mesmo que não tivessem como objetivo a procriação. Nesse sentido, embora de modo não explícito, podemos aferir que o corpo da mulher era visto para além da sua capacidade e função reprodutora, sendo também um corpo que poderia sentir prazer. Essa hipótese encontra respaldo também no capítulo XXXVI, no qual ela apresenta um possível remédio para acalmar o desejo sexual: “pegue algodão, unja com óleo de almíscar ou de poejo e aplique na vulva” (Ruggiero, 2018, p. 117). Seria de fato um remédio ou uma forma de masturbação feminina? Nessa interpretação, veríamos o desejo sexual não como algo a ser combatido, mas algo a ser vivenciado, e por isso “acalmado”.

Outros assuntos sobre a gravidez encontrados no tratado dizem respeito à formação do embrião do primeiro ao nono mês, a posição do feto no útero, os sinais que indicam a gravidez e a alimentação recomendada para mulheres grávidas. Sobre a formação do feto mês a mês e sobre a posição do feto no útero da mãe, temos, respectivamente:

No primeiro mês acontece a purificação do sangue, no segundo acontece a formação do sangue e do corpo, no terceiro são produzidos unhas e cabelos, no quarto o movimento, e por isso as mulheres têm náuseas, no quinto o feto adquire o semblante do pai ou da mãe, no sexto é estabelecida a conexão dos nervos, no sétimo fortificam-se ossos e nervos, no oitavo a natureza se coloca em movimento e a criança é completada por cada benefício; no nono avança das trevas para a luz. (Ruggiero, 2018, p. 75).

Afirma Galeno que o feto se liga ao útero da mãe como o fruto à árvore que, quando se forma a partir da flor, é muito delicado e cai por qualquer motivo mas, quando se tornar adulto, irá se ligar à árvore de modo um pouco mais maduro e resistente [...].

Assim, a criança, quando em um primeiro momento for produzida pelo sêmen concebido, é facilmente expulsa através do aborto, e isso acontece porque as ligações com as quais se conecta ao útero são tenras e pouco resistentes. [...] Quando, mais tarde, a alma for infundida na criança, essa adere com um pouco mais de força. [...] Quando finalmente chegar o momento do parto, a criança se movimenta um pouco mais vigorosamente e se esforça para sair; enquanto, ao mesmo tempo, a natureza faz a vulva se abrir para que o feto encontre a liberdade para sair. Assim, o feto é expulso do seu nicho, isto é, da placenta, por energia natural (Ruggiero, 2018, p. 77).

No medievo, a compreensão da gravidez, da formação do ser humano físico e espiritual era um mistério e dava-se dentro de uma lógica que combinava a observação empírica dos sintomas da paciente e as teorias filosófico-médicas de Hipócrates e Galeno. Chama a atenção no texto de Trotula a ideia de que o feto passa por estágios definidos – purificação, formação, movimento, aparência e fortalecimento –, o que, por sua vez, parece refletir uma concepção ordenada da natureza e do cosmo, em que cada etapa prepara a seguinte: a analogia entre o fruto e a árvore para explicar a ligação do feto ao útero sugere que a gravidez era vista como uma extensão do ciclo natural de vida, crescimento e amadurecimento, aproximando o corpo humano de processos biológicos observados na natureza. A se destacar também a fragilidade da concepção e do aborto espontâneo como algo frequente na época, que deixaria de ser uma ameaça tão forte somente após a adesão progressiva do feto ao útero e o fortalecimento dos laços físicos e espirituais, com a infusão da alma, mencionada como um marco que torna o feto mais resiliente. Por fim, nota-se que, para Trotula, o parto – a abertura da vulva e a expulsão do feto – é um processo natural e dinâmico, em que tanto o feto quanto o corpo materno agem em harmonia.

Em assuntos como a alimentação da mulher grávida, Trotula mostra que a sua preocupação com a saúde feminina é sistêmica e orgânica: a mulher deve ter cuidado

com o que olha, com o que come; deve receber massagens e banhar-se, deve ser assistida para aliviar os sintomas de pés inchados e o intestino preso:

[...] a mulher deve ser submetida a banhos frequentes, seu abdômen deve ser unguído com óleo de oliva ou mesmo com óleo violáceo, e ele deve se alimentar com comidas leves e facilmente digeríveis. Se os pés estiverem inchados, devem ser besuntados com óleo de rosas e vinagre. Depois de outros alimentos, comer alimentos leves, marmelo, romãs. Se o abdômen tende à flatulência, pegue semente de ápio, âmio, mentastro, de cada um três dracmas; almecega, cravos-da-índia, cardamomo, raízes de garança, de cada um três dracmas; castóreo, zedoária, íris, duas dracmas cada, e cinco dracmas de açúcar. Desses ingredientes deve ser feito um pó finíssimo, misturado com mel, e devem ser dadas à paciente três medidas pequenas com vinho. De fato, se isso for bebido como convém, alivia a flatulência advinda dos alimentos e impede o aborto (Ruggiero, 2018, p. 79).

Como se percebe, Trotula está atenta aos sintomas que o corpo grávido apresenta e, sobretudo, compreende esse corpo como um ser que deve e merece ser cuidado, independentemente da classe social. Alimentos específicos para mulheres ricas e mulheres pobres, chás, unguentos, massagens, banhos fumigações, uso de amuletos ainda na gravidez são estratégias que ajudam a mulher a se preparar para o momento do parto. O mesmo método pode ser visto nos capítulos do tratado que se referem ao parto propriamente dito, nos quais são abordadas questões como a alimentação da parturiente, as dificuldades enfrentadas durante o parto, os problemas que podem surgir após o parto, a ruptura e as dores da vulva, a retenção da placenta, o aborto e as hemorroidas, conforme descritos no Quadro 3. Assim,

Chegando o momento do parto, a mulher deve se preparar como de costume, e da mesma forma a obstetra. Com grande cautela, deve-se provocar espirros, com narinas e boca bem fechadas, para que a maior parte da energia e dos impulsos vá para o útero. [...] A paciente deve resguardar-se especialmente do frio; não deve ser feita sufumigação de substâncias aromáticas nas narinas dela, mas esse tratamento pode ser executado com mais tranquilidade no orifício do útero, uma vez que ele responde bem a substâncias aromáticas e foge daquelas fétidas. Para esse fim são benéficas substâncias odoríferas como almíscar, âmbar, madeira de ágar e semelhantes para as mulheres ricas; ervas aromáticas como menta, poejo, calamintha, orégano e similares para as pobres. Deve-se notar que existem alguns remédios naturais, cuja energia é desconhecida para nós, que são úteis quando aplicados pelas obstetras. A paciente, portanto, deve segurar um ímã na mão direita, que lhe fará bem. Da mesma forma, deve beber raspa de marfim. Também pode utilizar um coral pendurado ao redor do pescoço. De modo semelhante, é reconfortante beber a famosa substância branca encontrada nas fezes de aves de rapina. Igualmente, na barriga da andorinha ou no ninho está a pedra do primogênito, a água que resta de sua lavagem é benéfica para a mesma coisa e para muitas outras (Ruggiero, 2018, p. 79 e 81).

Rituais religiosos, como bênçãos e orações para contar com a proteção divina, utilização de amuletos para afastar maus espíritos e garantir um nascimento seguro, receitas de tradição ancestral, certamente aprendidas de parteiras, eram realizados no intuito de contribuir para que o parto transcorresse bem e para proteger a mãe e o bebê. O parto geralmente acontecia em casa, com a presença de outras mulheres, incluindo familiares e parteiras; sem a presença de homens; a posição de parto podia variar, como podemos ver em dois exemplos de iconografia medieval:

Figura 1: Detalhe da iluminura de manuscrito da *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, representando o nascimento de Esaú e Jacó, 1375. Museu Meermann Westreenianum, Haia, Holanda.



Fonte: Maderna, 2018, p. 95.

Figura 2: Iluminura de manuscrito representando o Nascimento da Virgem em uma inicial “G”, proveniente de um Gradual (Livro litúrgico). Aprox. 1375, por Don Silvestro de’ Gherarducci. Florença. The Metropolitan Museum of Art, New York, EUA.



Fonte: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/466330>.

Havia também os casos de complicações no parto, e sobre essas situações Trotula discorre de modo bastante atento e detalhado, buscando várias alternativas para os problemas que se apresentam, como se percebe nos trechos a seguir:

Às vezes, um calor externo permeia as partes internas do corpo e por isso as mulheres ficam excessivamente aflitas durante o parto. Outras vezes a saída do útero é muito apertada, ou porque a mulher é muito gorda, ou porque o feto morreu sem a natureza favorecer o seu movimento. Isso acontece na maioria das vezes com a mulher jovem que dá à luz no inverno; sendo o orifício do útero estreito por natureza, esse se estreita ainda mais por causa do tempo e ar frios. Às vezes, da mesma mulher todo o calor evapora, por isso fica sem forças e não tem energias completar o parto. Em primeiro lugar, então, se a dificuldade no parto for observada, é preciso principalmente recorrer a Deus. Passando aos auxílios terrenos, é bom para a mulher que tem dificuldade de dar à luz banhar-se na água onde foram cozidas malva, feno grego, semente de linho e cevada. Devem ser untados os quadris, o abdômen, as coxas e a virilha com óleo violáceo ou de rosas; ela deve ser massageada com força e lhe devem ser oferecidos oxyzaccara¹¹ e uma dracma de menta em pó e absinto. Devem ser provocados espirros com pó de incenso introduzido nas narinas, ou com pó de candiso¹², de pimenta ou de eufórbia (Ruggiero, 2018, p. 83).

¹¹ Espécie de xarope que resulta da fervura de açúcar e vinagre, utilizado para combater a febre e a bÍlis do estômago. [N.T.]

¹² Açúcar purificado e cristalizado. [N.T.]

Se, em seguida, a criança não sair na posição desejada, como no caso de saírem primeiro as pernas ou os braços, deve ajudar uma obstetra que tenha a mão pequena e delicada, banhada em uma decocção de semente de linho e feno grego, que leve o bebê para o seu lugar na posição correta. Caso a criança tenha morrido, pegue arruda, artemísia, absinto, pimenta preta, e ofereça triturados no vinho ou água onde foram cozidos tremoços. [...] O mesmo efeito provoca verbena bebida com vinho ou água, ou mesmo com vinagre. Ou pegue água salgada ou de rosas e leite de mula na mesma medida e ofereça para a paciente beber. Ou ainda pegue manteiga com mel e vinho e ofereça para beber. Se mesmo assim o parto demorar ou o feto estiver morto dentro da paciente e não se libertar, pegue arruda, artemísia, opopânace e absinto com um pouco de óleo e um pouco de açúcar; triture e coloque sobre a região inguinal ou sobre o umbigo; assim tem uma maior eficiência. Da mesma forma, a mulher deve ser envolvida com a pele de uma cobra da qual tenha saído a cobra. Tem o mesmo efeito uma pedra ametista atada junto ao fêmur (Ruggiero, 2018, p. 83-85).

[...]

De modo similar, para aquelas que sofrem muito ao dar à luz um feto morto, deve ser prestado socorro assim: colocar a paciente em um lençol, que deve ter os quatro cantos esticados por quatro homens fortes; estando a paciente com a cabeça um pouco levantada, o lençol deve ser puxado com força para lá e para cá, nos lados opostos, e com a vontade de Deus, a paciente imediatamente deve dar à luz. Se a placenta permanecer dentro da mulher é preciso se apressar para que saia. Deve-se, para isso, provocar espirros com a boca e as narinas fechadas. Ou fazer uma decoada de cinzas obtida do freixo, misturando com uma dracma de pó de sementes de malva; isso deve ser dado a ela para beber e imediatamente vai vomitar (Ruggiero, 2018, p. 85-87).

Tantas possibilidades mostram a preocupação de Trotula em encerrar o mais breve possível o sofrimento dramático da mulher em dificuldade de parir. Os saberes se integram: vemos tanto a presença de conhecimentos da tradição galênica, com a influência da temperatura corporal e externa, por exemplo; quando as receitas e amuletos do saber ancestral aplicados pelas mulheres que assistiam a parturiente. A se destacar a forma como Trotula ensina o respeito ao estado emocional da mulher no momento do parto, ao afirmar que “A mulher deve ser conduzida pela casa com passos lentos e aqueles que cuidam dela não devem olhar em seu rosto, porque as mulheres a esse olhar costumam envergonhar-se durante e depois do parto” (Ruggiero, 2018, p. 83).

Nos casos extremos, as intervenções cirúrgicas faziam-se necessárias, e na iconografia são recorrentes as representações da tristeza pela morte da mulher. A cesariana realizada em mulher viva permaneceu vista, no período medieval, como uma interferência indevida, e era legitimada somente como tentativa extrema de salvar a vida do bebê. Foi preciso aguardar os progressos no conhecimento da sepse e da

antisepsia, adquiridos ao longo do século XX, para que essa prática fosse feita com segurança também para a mãe.

Figura 3: Anônimo. Detalhe de iluminura de manuscrito. Nascimento de Júlio César, século XIV. British Library, London.



Fonte: Maderna, 2018, p. 99.

O findar do momento do nascimento é apenas mais uma etapa dos cuidados para com a mulher, que deve ter, segundo Trotula, suas necessidades físicas e emocionais novamente compreendidas e atendidas, dada a exigência que o parto faz no corpo da mulher. O pós-parto poderia significar um momento tão tenso e dramático quanto o próprio parto, como podemos observar nos trechos que seguem:

[...] a mulher deve precaver-se nos últimos três meses em relação à dieta, de modo a fazer uso de alimentos leves e facilmente digeríveis, como gemas de ovos, carne e caldo de galinha e de voadores menores, como perdiz e faisão, e de peixes escamosos com bom tempero, pois com esses os membros se dilatam. Deve ser dado a ela, com um pouco mais de frequência, um banho de água doce, e se nele forem introduzidas ervas calmantes, como malva e afins, será mais eficaz. Mas ela deve fugir do banho ao ar livre e do banho de vapor. Quando sair do banho devem ser friccionados nela unguentos de natureza quente, como o óleo de louro e o óleo de semente de linho, ou gordura de ganso e pato, ou mesmo de galinha; o procedimento deve ser feito abaixo do umbigo da paciente com os unguentos mencionados no estado quente (Ruggiero, 2018, p. 87).

As mulheres com frequência sentem dor depois do parto. O útero então, como uma fera selvagem, devido à repentina evacuação, quase se contorce vagando aqui e ali, motivo pelo qual produz uma dor violenta. Pegue então ramas de sabugueiro, triture-as, extraíndo o suco, depois dilua-o com farinha de cevada e clara de ovo e faça *crispellas* com sumo de vegetais para comer, e ofereça à paciente para beber

vinho quente no qual tenha sido fervido cominho. Ou, se o útero estiver dolorido depois do parto, pegue estoraque, calaminta, incenso, sementes de ápio, uma dracma cada, e duas dracmas de semente de uvas negras, devem ser colocados sobre brasas acesas e em seguida feita uma sufumigação para que conforte a paciente. Existem algumas mulheres que, pela dificuldade do parto, terminam por romper o aparelho genital, para isso pegue raiz seca de consólida, cominho e canela, faça um pó e aplique na vulva, e ela se restaurará. De modo similar, algumas mulheres sofrem males ao parir por culpa de quem as auxilia. Para algumas, de fato, a vulva e o ânus formam uma única abertura e um único canal de condução, por isso nessas mulheres o útero sai para fora e se endurece. Para recolocá-lo no lugar, socorremos as mulheres da seguinte maneira: aplicamos no útero vinho quente no qual tenha sido fervida manteiga e assim fazemos com diligência linimentos até que o útero amoleça e então, com delicadeza, o recolocamos. Depois disso, costuramos com um fio de seda, com três ou quatro pontos, o rasgo no ânus e na vulva, depois aplicamos um pano de linho na vulva na mesma medida da própria vulva, por fim espalhamos piche líquida; isso, de fato, faz o útero retroceder por causa do fedor. Finalmente, curamos a ferida com pó feito de consolida maior ou menor, e cominho. Esse pó deve ser espalhado sobre a mulher e ela colocada na cama de modo que os pés fiquem o mais alto possível e assim, por oito ou nove dias [...] Para evitar tal perigo é preciso que durante o parto seja fornecido a ela, cuidadosamente, o seguinte: deve ser preparado um pano em forma de bola oval e ele deve ser colocado no ânus a fim de que, no curso de todo esforço para expulsar o bebê, este aperte-se firmemente contra o ânus para que não seja debilitada sua integralidade. Em algumas mulheres, depois do parto a placenta permanece retida. Para a sua expulsão, pegue suco de alho-porró e dilua com óleo de poejo ou de almíscar; ou também deve ser oferecido para beber suco de borragem; imediatamente a placenta sairá, porque pode acontecer que a mulher vomite e, pelo esforço de vomitar, a placenta venha para fora, porque tal famoso suco tem força o bastante para a sua expulsão (Ruggiero, 2018, p. 95-97).

Existem também mulheres que sofrem por causa da saída do útero depois do parto. Para bem socorrê-las, pegue artemísia, pulicária, zimbro, cânfora, absinto, ferva bem em água e prepare um banho, no qual a mulher deve ser imersa até os seios. Depois ela deve ser colocada com delicadeza na cama e ali descansar com os pés erguidos até que o útero seja recolocado no lugar. Depois que o útero for recolocado, pegue pó de poejo, de galanga, de lavanda, de noz moscada e de cariofilada, misture e dissolva com óleo de almíscar ou de poejo; pegue, além disso, um pano velho de linho, fino e macio, enrole dentro dele essa mistura, dando-lhe a forma de uma bola e, depois de ter inserido o útero, obstrua a abertura da vulva com essa bola para que o útero não saia novamente, amarre a bola com uma faixa naquele ponto, de modo que não possa sair, e faça com que a faixa passe dentro até os rins e entre os quadris e ali seja amarrada (Ruggiero, 2018, p. 99-101).

Algumas mulheres sofrem de dor nas mamas por causa do leite. Pegue argila, dilua em vinagre e faça um emplastro: acalma a dor e corta o leite, mas antes esquite o local com água quente. De modo similar; note: a dor que acontece nas mamas das jovens passa facilmente, porque esse distúrbio é curado com o irromper da menstruação; em algumas jovens que sofrem de epilepsia a dor acontece devido ao estrangulamento do útero causado pela compressão do aparelho respiratório. (Ruggiero, 2018, p. 101).

As orientações para o bem-estar após o momento do parto combinam dietas específicas, banhos terapêuticos e aplicações de unguentos, refletindo a crença na

relação entre os alimentos e o equilíbrio dos humores. Há, ao longo do tratado, como se vê, uma evidente defesa de como a qualidade nutricional, com indicação de alimentos facilmente digeríveis e ao mesmo tempo fortalecedores, e de como a saúde geral da mãe influenciam diretamente a recuperação pós-parto. Da mesma forma, mesmo sem o conhecimento da microbiologia moderna, Trotula recomendava os banhos íntimos com ervas calmantes a fim de aliviar o desconforto e promover a recuperação do útero e do corpo como um todo. Ainda, a aplicação de unguentos quentes abaixo do umbigo poderia estimular a circulação e auxiliar na contração uterina, fundamental para restaurar o equilíbrio corporal após o parto. Além disso, a massagem com esses unguentos reforça o cuidado físico e a tentativa de aliviar dores ou tensões, assim como a observação de possíveis lacerações causadas no momento do parto, que também poderiam ser ajustadas através da costura delicada da região. O ciclo gestacional se encerra com esses cuidados pós-parto, que se estendem por meses, e que são realizados sempre entre mulheres no cuidado umas das outras, reforçando o caráter comunitário do cuidado específico da saúde feminina.

Para finalizar a proposta deste estudo, retomo os assuntos indicados no Quadro 4, que tratam especificamente dos cuidados com o bebê e a escolha da nutriz. Sobre o primeiro, Trotula destaca, dentre outros aspectos, o costume de enfaixar o recém-nascido de modo que os membros ficassem retidos; os banhos quentes, o estímulo à sucção; o cuidado para com os olhos e com a iluminação. Seguem alguns trechos nos quais Trotula discorre sobre esses temas, que, a exemplo das práticas mostradas nos exemplos anteriores, ilustram a concepção de infância e a preocupação com a saúde e o desenvolvimento infantil da época:

O cordão umbilical deve ser amarrado três dedos acima da barriga, uma vez que a forma como for comprimido o umbigo determina se a verga viril será maior ou menor.

[...]

Para que depois ele fale do modo mais correto possível, o palato deve ser unguido com mel e as narinas com água morna e, feitas as unções, deve sempre ser limpo e os mucos constantemente expelidos e asseados. Além disso, o bebê deve ser unguido com frequência e todos os seus membros, em cada uma das partes, devem ser retidos e contidos em uma faixa. Além disso, os membros devem ser mantidos em posição correta, ou seja, a cabeça, o rosto e as narinas, o abdômen e os rins devem ser dispostos convenientemente de modo que deles não saia oleosidade e umidade em excesso. [...]

Logo que nascer seus olhos devem ser cobertos, além disso, deve-se observar com atenção para que não fique em um lugar muito iluminado. Imagens diversas,

tecidos de diferentes cores e pérolas devem ser expostos diante dele. Perto do bebê é preciso fazer uso de canções e de palavras fáceis, e não cantar com voz estridente ou rouca como morteiros. Quando se aproximar a hora de falar, a nutriz deve ungi com frequência a língua dele com mel e manteiga. Isso deve ser feito principalmente quando a fala tardar. Diante dele é preciso falar com frequência e pronunciar palavras fáceis. Quando chegar o tempo do nascimento da dentição, as gengivas devem ser friccionadas todos os dias, várias vezes, com manteiga e gordura de galinha aplicadas com água de cevada; a garganta e as vértebras devem ser untadas. Se o intestino estiver solto, deve ser aplicado sobre ele um emplastro preparado com cominho e vinagre misturados com açúcar, goma arábica, argila da Armênia (Ruggiero, 2018, p. 87-89).

[...]

Quando chegar o tempo de começar a comer, devem ser dados ao bebê rolinhos de massa feitos de açúcar, semolina e leite, que ele consiga segurar com as mãos, brincar, chupar e engolir partes. Deve ser oferecida carne de peito de galinha, de faisões e de perdizes. Quando começar a compreender bem, no início da substituição do leite das mamas, não deve ser permitido que sugue à noite. Mesmo de dia isso deve ser sistematicamente controlado, atentando bem para que não seja afastado do leite na estação de calor (Ruggiero, 2018, p. 91).

Nesses trechos, há de se destacar que orientações como evitar luz intensa, expor o bebê a cores de tecidos diversos, e usar canções de tom agradável mostram a percepção sobre a importância do ambiente no desenvolvimento infantil, sugerindo que já havia uma compreensão, mesmo que intuitiva, da necessidade de estímulos sensoriais adequados para promover a saúde mental e física da criança. Havia também uma consciência acerca da transição alimentar, da qualidade e variedade dos alimentos, e dos cuidados a serem reforçados a cada estação do ano – no verão, por exemplo, a ingestão de líquidos deveria ser constante para evitar a desidratação.

Em relação à escolha da nutriz, pelo tratado de Trotula, compreende-se que após o parto era outra mulher que se ocupava com a amamentação do bebê, provavelmente uma prática de famílias ricas. Sobre essa figura, afirma Trotula:

É necessário que a nutriz seja jovem, tenha uma cor luminosa – uma mistura de branco e vermelho –, não esteja próxima ao parto nem do parto muito distante. Não seja cheia de manchas nem doente, e tampouco tenha mamas excessivamente grossas: o peito deve ser grande e amplo, deve ser pouco gorda, não deve comer coisas salgadas ou azedas, nem ácidas ou adstringentes, nem alho-porró ou cebolas, nem outras substâncias que se misturam aos alimentos pelo sabor, como pimenta, alho e rúcula, mas, principalmente, ela deve evitar o alho e as preocupações, e cuidar para não provocar a menstruação. Se o leite diminuir, deve ser dada para ela uma mistura líquida feita com farinha de favas e, de modo semelhante, de arroz e de pão de semolina, preparados com leite e açúcar. O leite deve se fazer mais abundante com essas substâncias se no preparo for misturado um pouco de semente de erva-doce. Se, por outro lado, o leite da nutriz for espesso, a nutrição dela deve ser reduzida e ela deve ser obrigada a trabalhar. Além disso, deve ser dado a ela xarope azedo e vinho delicado. Se o leite for pouco

consistente, seus alimentos devem ser fortes e substanciosos e ela deve dormir mais longamente. Se o intestino do bebê estiver solto, devem ser dadas à nutriz substâncias que constipam (Ruggiero, 2018, p. 93).

Destaca-se nesse trecho tanto o papel físico quanto emocional que a nutriz desempenha na saúde do bebê, pois essa mulher deve possuir determinadas qualidades físicas, como juventude e boa saúde, características não apenas estéticas, mas sobretudo que indicam que uma mulher saudável e vigorosa seria capaz de produzir leite de boa qualidade para o bebê; qualidade essa que seria influenciada também pelo tipo de alimento consumido. Tal recomendação revela, mais uma vez, o conhecimento de Trotula sobre a teoria humoral da medicina medieval, segundo a qual os alimentos podiam influenciar o equilíbrio dos humores do corpo. Por fim, o corpo humano é visto em sua totalidade, em que mente e corpo estão intimamente interligados, e por isso a ideia de que a nutriz devesse evitar preocupações também revela uma compreensão da importância do estado emocional e psicológico da mulher na produção de leite, pois a saúde e o bem estar do bebê é diretamente influenciado pela saúde e pela alimentação da nutriz.

Considerações finais

Com esses exemplos e breves reflexões, espero ter consigo abordar, ao menos em parte, as questões que nortearam esse estudo e que foram colocadas no início. Como sabemos, a gravidez e o parto na Idade Média eram momentos cercados por esperança e medo, com a vida e a morte coexistindo intimamente, e um papel fundamental tiveram a resiliência das mulheres e a sabedoria prática das parteiras. Trotula, no seu tratado, conseguiu transformar esse conhecimento em signo escrito, dando-lhe nova dignidade, contribuindo de modo decisivo para ter elevado os corpos das mulheres e suas experiências de maternidade a objeto de estudo específico e com base também bastante racional, profundamente ligada à ética da assistência à saúde para todos e todas, com ênfase na integração entre corpo, mente e emoções. Talvez a parteira, na figura da mulher que se dispõe a cuidar de outra mulher em um momento como o do parto, seja uma das grandes protagonistas do tratado de Trotula; a mesma figura que nos séculos posteriores foi destinada a receber toda a culpabilização pelas coisas que aconteciam às crianças, até que a caça às chamadas “bruxas”, e as parteiras

de modo especial, teve um efeito devastador sobre os direitos das mulheres, conforme se lê na Questão XI do *Malleus Maleficarum*, escrito em 1484:

Cumpre adiantar que **as bruxas parteiras são as que maiores males nos trazem**, pelo que nos contam outras bruxas penitentes: **‘Não há quem mais malefícios causem à Fé Católica do que as parteiras’**. Pois quando não matam as crianças, para atenderem a outros propósitos tiram-nas do recinto em que se encontram, elevam-na nos braços e oferecem-nas aos demônios” (Kramer e Srenger, 2014, p. 156. Grifos meus).

O tratado de Trotula, entendido como um documento e um símbolo de resistência pela valorização da mulher, da maternidade e da parteira, vai muito além do que mostrei aqui, e merece, a meu ver, continuar a ser lido, estudado, interpretado, para que, cada vez mais, tenhamos melhor consciência da concepção de maternidade e da saúde da mulher em perspectiva. Estudar e traduzir Trotula e outras mulheres é também uma forma de reconhecer e resgatar a contribuição das mulheres na história da ciência, da teologia, da medicina, da cultura; é promover ainda, uma justiça histórica às mulheres. Por isso, finalizo com os dizeres de Patricia Collin, que nos convida a continuar traduzindo mulheres como um exercício crítico e político:

Dentro das políticas de um mundo em processo de decolonização, a tradução é a ferramenta que catalisa o novo conhecimento que possivelmente fundamenta uma nova práxis política. Portanto, quando se trata de ativismo intelectual, aperfeiçoar habilidades de tradução constitui-se tanto como um desafio intelectual importante quanto como uma necessidade política (Collin, 2019, p. 26).

À luz dessas considerações, traduzir Trotula (e, com ela, tantas outras autoras silenciadas ao longo da história), deixa de ser apenas um gesto filológico ou acadêmico e se afirma como prática epistemológica transformadora, pois trata-se de intervir nos modos de transmissão do saber, de tensionar cânones consolidados e de reconfigurar as genealogias intelectuais que sustentam a memória cultural do Ocidente. Ao reinscrever essas vozes no espaço público da leitura e da pesquisa, a tradução não apenas amplia o *corpus* disponível, mas desloca perspectivas, questiona hierarquias e restitui densidade histórica à presença das mulheres na produção do conhecimento. Traduzir mulheres, portanto, é um ato de responsabilidade crítica: implica reconhecer lacunas, enfrentar apagamentos e assumir a tarefa de construir, por meio da linguagem, outras possibilidades de futuro para a história da ciência e da cultura.

Referências

- BARILLARI, Sonia. Il corpo delle donne: il magistero di Trocta. In: CASARETTO, Francesco Mosetti. **Il corpo impuro e le sue rappresentazioni nelle letterature medievali**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2012.
- BLOCH, Mark. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAVALLO, Pina Boggi. Introduzione. In: RUGGIERO, Trotula. **Sulle malattie delle donne**. Trad. Piero Cantalupa. Palermo: La Launa, 1994.
- COLLIN, Patricia Hill. Sobre tradução e ativismo intelectual. Tradução de Cibele de Guadalupe Sousa Araújo, Dennys Silva-Reis e Luciana de Mesquita Silva. **Revista Ártemis**, v. XXVII n.1; jan-jun, p. 25-32, 2019.
- DE RENZI, Salvatore. Trotula e le donne salernitane. In: **Storia documentata della scuola medica di Salerno**. Napoli: Gaetano Nobile, p. 194-208, 1857.
- GREEN, Monica. In Search of an “Authentic” Women’s Medicine: The Strange Fates of Trota of Salerno and Hildegard of Bingen. In **Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinæ Scientiarum** 19, p. 25-54, 1999. Recuperado de <https://www.ugr.es/~dynamis/completo19/PDF/03.%20Authentic%20Womens%20Medicine.pdf>. Acesso em 15 jan. 2025.
- GREEN, Monica. En busca de una “auténtica” medicina de mujeres: los extraños destinos de Trota de Salerno e Hildegarda de Bingen. In **Sanadoras, matronas y médicas en Europa. Siglos XII-XX**. Barcelona: Icaria, 2001.
- GREEN, Monica. Trota of Salerno. In **Women and Gender in Medieval Europe: An Encyclopedia**. New York: Routledge, 2007. p. 800-801.
- MASON-HOHL, Elizabeth. **The Diseases of Women by Trotula of Salerno**. A Translation of Passionibus Mulierum Curandorum. Los Angeles: The Ward Ritchie Press, 1940.
- HURD-MEAD, Kate. **A history of women in medicine: from the earliest times to the beginning of the nineteenth century**. Haddam, The Haddam Press, 1938. Recuperado de <https://archive.org/details/b29826044/mode/2up>. Acesso em 14 set. 2024.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum. O martelo das feiticeiras**. 23 ed. Tradução Paulo Fróes. Rio de Janeiro: 2014.
- MADERNA, Erika. **Per virtù d'erbe e d'incanti. La medicina delle streghe**. Aboca: Aboca Museum, 2018.
- MADERNA, Erika. **Medichesse. La vocazione femminile alla cura**. 3 ed. Aboca: Aboca Museum, 2017.

OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle.(orgs.) **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 2. A Idade Média. Trad. Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, et ali. Porto: Afrontamento, p. 353-435, 1990.

RUGGIERO, Trotula di. **Sobre as doenças das mulheres**. (Tradução e organização: Alder Calado, Karine Simoni e Luciana Calado Deplagne. Florianópolis: UFSC/DLLE/PGET, 2018.

SANTUCCI, Francesca. **Virgo virago**: Donne fra mito e storia, letteratura ed arte, dall'Antichità a Beatrice Cenci. Catania: Akkuaria, 2008.

Recebido: 05/12/2024

Aprovado: 20/10/2025

Resenha

O MATERNAR ANTES DO SÉCULO XIX: UMA LONGUÍSSIMA IDADE MÉDIA?

Elaine Pereira Farrell*

Resenha dos livros:

PÉREZ, María Jesús Fuente. **Ser mãe na Idade Média**. Rio de Janeiro: Livraria Vozes, 2025, 432p.¹³

AICHINGER, Wolfram; GROHSEBNER, Sabrina. Childbirth in Early Modern Spain. **Agora**. Wiener philologisch-kulturwissenschaftliche Studien | Vienna Philological and Cultural Studies 3. Praesens Verlag Open-Access, 2025, 209p.

A tradução da obra *La luz de mi ojos: Ser madre en la Edad Media* para o idioma português é uma importante contribuição para um campo ainda incipiente mas em crescimento no Brasil. Até então, não contávamos com uma obra que fornecesse uma visão panorâmica dos aspectos vinculados à concepção, parto e criação na Idade Média.

A obra de María Jesús Fuente Pérez e seu co-escritor Manuel Sosa é uma leitura agradável, redigida de forma envolvente, que pode agradar tanto aos pesquisadores quanto ao público mais amplo não especializado em estudos medievais. O estudo de Fuente Pérez é muito bem investigado, resultante de anos de trabalho de uma professora catedrática, atualmente emérita, abarcando diversas fontes, sobretudo da Baixa Idade Média, ainda que recorrendo ocasionalmente à fontes anteriores ao século XI. Há uma intencionalidade de escrever uma história que abrange o ocidente medieval de modo amplo, e em certa medida comparativo, ainda que não explicitamente. Entretanto, fica evidente que o maior comando da autora é com as fontes produzidas na Península Ibérica, principal área de sua especialização.

¹³Realizei leitura a partir da versão Kindle original em espanhol: FUENTE, María Jesús. *La luz de mis ojos. Ser madre en la Edad Media*. Madrid: Taurus, 2023, 501p.

*Professora e pesquisadora na School of Celtic Studies, Maynooth University. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-3066>.

A obra é dividida em três partes, concentrando análises e exemplos que refletem as três etapas biológicas da maternidade: I - Antes do parto, II - Durante o parto, III - Depois do parto: A criação. Dentro da excelente narrativa, a autora introduz episódios biográficos de várias mulheres que viveram no medievo, desde rainhas à mulheres comuns como servas e amas de leite. A tentativa da Fuente Pérez de apreciar a maior diversidade possível de contextos é admirável. Um importante destaque da obra é a habilidade da pesquisadora em incluir exemplos cristãos, mulçumanos e judeus, favorecida pelo contexto ibérico, que era um caldeirão de culturas que tanto se confrontavam, como se emaranhavam. A investigação salienta tanto semelhanças, quanto divergências na abordagem de autores e personagens destas três grandes religiões a respeito de cada tópico assinalado. Evidenciando que os níveis de rigidez e liberalidade poderiam oscilar mesmo dentro de uma mesma sociedade ou religião, a depender do ponto de vista e entendimento das autoridades religiosas e literárias.

Apesar do comando da autora e da sua explícita exposição do fato de que ela lançou o seu olhar sobre o medievo com questões modernas em mente, questões as quais nos têm guiado a refletir sobre o maternar em sociedades passadas, transparece a dificuldade de contemplar o assunto sobre todo o medievo em uma obra única. Estudos de longa duração como este, servem como pontos de partida, mas chamam a nossa atenção a necessidade de investigações com recortes mais pontuais, indicando assim caminhos para pesquisas futuras.

A obra nos apresenta uma vasta tipologia de fontes primárias e secundárias, entretanto, a atualização das leituras variam de qualidade mediante a profundidade do conhecimento da autora em relação a algumas sociedades e temporalidades. Como assinalado, o ponto forte do livro são as análises sobre a Península Ibérica, sobretudo após o século XI. Ao observar recortes que são o meu foco principal de investigação, tais como livros de penitência, história da Irlanda, e aborto, é impossível não notar que a bibliografia poderia ter sido mais atualizada. Fuente Pérez apontou bem que uma das primeiras narrativas sobre abortos 'miraculosos', nos quais santas e santos milagrosamente desaparecem com a gravidez de religiosas arrependidas, surgiram na Irlanda. Entretanto, as referências aos estudos sobre estes episódios na vida dos santos irlandeses não são as mais recentes e atualizadas. O mesmo ocorre com a bibliografia sobre livros de penitenciais, que apresenta-se ultrapassada. Sobre aborto, por exemplo,

a autora identificou a tese doutoral de Zubin Mistry, mas não fez referência a versão desta publicada pela York Medieval Press em 2015. Entretanto, a mesma assinala que a obra foi elaborada durante a pandemia do COVID-19, o que, provavelmente, justifica estes detalhes referentes à acesso e uso de estudos recentes.

Na primeira parte (I - Antes do parto) a autora analisa tanto as circunstâncias de mulheres que não queriam engravidar, e quais os conhecimentos e recursos que se obtiveram neste tempo para evitar ou interromper a gestação, quanto as que muito desejavam e não conseguiam. Atravessando aqui questões sobre (in)fertilidade e aborto, medicina medieval, teologia, e práticas culturais. Nesta, ela analisa a pressão que mulheres de determinadas classes sociais sofriam para gerar muitos herdeiros, como rainhas, aristocratas e mulheres de comerciantes. Revelando aspectos de direitos reprodutivos e ansiedade maternal.

Na segunda parte (II - Durante o parto), Fuente Pérez aborda os perigos físicos e morais enfrentados pelas parturientes. Neste contexto, a autora observa excelentemente através de casos de jurisprudência, leis normativas, e tratados obstétricos dentre outros tipos de fontes a atuação das parteiras no medievo. Identificando que era um trabalho altamente valorizado e de alguma forma remunerado, até pelo menos o século XV, quando discursos de caça às bruxas teriam, de acordo com a autora, englobado as parteiras no frenesi que perseguia os conhecimentos femininos populares em detrimento da medicalização do parto com o avanço e estabelecimento das universidades de medicina. A autora ressalta ainda, que este era de fato um serviço, e não um simples ato de sororidade. As parteiras por muitas vezes tiveram que atuar como testemunhas sobre a virgindade ou não de algumas mulheres, e sobre a legitimidade do nascimento de seus filhos, a fim de refutar a adoção clandestina de crianças como herdeiros de seus cônjuges. Os riscos dos partos eram muitos, e a mortalidade tanto de mães quanto de recém-nascido era alta e um perigo constante. A fé, atrelada e mesclada aos conhecimentos práticos, era necessária, quer fosse na Santa Maria mãe de Jesus, ou em amuletos e outros artefatos. O medo do sobrenatural era outra ameaça, medo de demônios possuírem bebês, ou os trocarem no berço, medo de gravidezes gemelares, e tantas outras crenças que aterrorizavam as mentes.

Na terceira parte (II - Depois do parto: A criação), outro recurso literário de Fuentes Pérez, é iniciar a narrativa em cada parte descrevendo o modelo ideal da maternidade Mariana, e de outras figuras maternas bíblicas como sua prima Isabel e não diferentemente, esta parte inicia com a introdução de Jesus ao templo. Cada parte é dividida em três capítulos, e nesta, os capítulos discutem respectivamente as decisões iniciais tomadas pela mãe sobre o bebê, sobre por exemplo, a mais básica e difícil, a de mantê-lo ou não. Depois aborda a tarefa educativa e finaliza com uma análise sobre a valorização da mãe. Este último capítulo é a cereja do bolo, no qual a autora reflete as biografias acessadas em contraste com o mito do instinto materno, e conceitos de mãe 'boas' e 'más', concluindo que estes são conceitos que dependem da cultura de cada época e de uma série de contextos específicos. Entretanto, a seleção de fontes ajuda a construir uma história das emoções, evidenciando que sim, muitas destas mães, e também pais, amaram seus filhos, e que a maternidade provocava uma série de outros sentimentos e emoções, tanto negativas quanto positivas. A obra inclui ainda uma conclusão, e diversas imagens que ilustram os assuntos desvelados ao longo da narrativa. Não é um trabalho que discute historiografia de forma demasiada, mas por este exato motivo a leitura é fluída.

O livro é muito compreensivo, e respeita a identificação da diferenciação de realidades vividas entre mulheres de classes sociais distintas. Em termos de assuntos relacionados à maternidade, não consigo apontar algo que tenha faltado, muitas foram as questões investigativas propostas e respondidas. Mas, se por um lado a opção do recorte temático favoreceu a produção de uma narrativa envolvente, por outro a falta de sequência cronológica e divisão espacial da abordagem pode confundir os leitores menos experientes sobre o medievo, tais como o público não especializado e alunos iniciantes de graduação. Ainda assim, recomendo a leitura a todos os medievalistas, e acredito que a obra é um excelente ponto de partida para aqueles que quiserem investigar sobre o maternar no medievo.

Enquanto a pesquisa de Fuentes Pérez inclui biografias até o séculos XVI, a de Wolfram Aichinger e Sabrina Grohsebner se concentra principalmente no séculos XVI-XVII, recorrendo eventualmente a menções do século XV, buscando observar inclusive as principais mudanças ocorridas entre a Idade Média e o início da era que denominamos moderna. Estes recortes e comparações nos incitam a refletir sobre os

conceitos pré e pós modernidade bem como sobre as balizas temporais: quando termina a Idade Média?

Ainchinger e Grohsebner mencionam que obras anteriores serviram de inspiração e referência para a elaboração deste estudo, e dentre estas, a de Fuentes Pérez acima resumida, o que contribuiu para a minha decisão de resenhá-las juntas. O volume é dividido em seis capítulos, uma introdução, vida e nascimento, fertilidade, concepção e gravidez, o nascimento, as bem vindas, e uma conclusão com propostas dos horizontes para o campo. O trabalho é muito mais sucinto do que o anterior, não apenas devido ao recorte cronológico e espacial ser muito mais pontual, alinhavado dentro do dito “Século de Ouro Espanhol”, mas também porque os autores optaram pela objetividade.

O que há de comum entre ambos é a maestria em selecionar documentos e imagens, muitos deles já bastante conhecidos no meio acadêmico, mas sacando deles informações preciosas sobre as relações mãe-filho, situações de parto, de batismo de infantes, e das condições das parteiras e amas de leite. Todavia, enquanto Fuentes Pérez buscou lançar luz sobre as mães, as grandes protagonistas do estudo de Ainchinger e Grohsebner são as parteiras. Os últimos, ao divergentemente da primeira, argumentam que na Espanha do séculos XVI-XVII as parteiras não foram perseguidas nem demonizadas, ao contrário, eram altamente valorizadas, requisitadas, tratadas com confiança, e bem remuneradas. Elas teriam constituído um importante aspecto do tecido social. Não foi antes do século XIX que as parteiras começaram a ser paulatinamente substituídas por médicos, homens, sendo que em populações comuns, isto não teria ocorrido antes do século XX.

Os dois estudos, sobretudo nas conclusões, argumentam que muitos aspectos relacionados ao parto e ao materno guardam semelhanças ao longo dos séculos desde a Antiguidade Tardia à dita Era Moderna. Foi somente na contemporaneidade com maiores avanços na medicina, com os ideais vitorianos e outros aspectos que provocaram mudanças mais drásticas nas formas de abordar o parto e o materno. A cesariana, por exemplo, dentro do recorte temporal dos dois livros, era realizada somente no caso de morte da gestante durante o parto, quando havia alguma esperança de salvar o bebê ainda vivo em seu ventre, e nestes casos sim, recorria-se aos atendimentos médicos, quando possível.

Outro aspecto de destaque no segundo estudo é a preocupação com o batismo. Considerava-se imprescindível a salvação das jovens almas, e a preocupação com a morte dos bebês durante o parto ou logo após este demandava o que os autores descreveram como batismo de emergência, que nem sempre havia a possibilidade de ser realizado por um religioso, e muitas das vezes era realizado pelas mulheres presentes, dentre elas as parteiras. Inclusive, havia a preocupação em não enterrar natimortos não batizados em cemitérios sacralizados, nem junto às suas mães cristãs.

As amas de leite receberam a devida atenção nas duas pesquisas, com todos os autores indicando a sua importância cultural e econômica. Mulheres poderiam ser remuneradas por seus trabalhos e em alguns casos obter a libertação da condição de servidão através da prestação deste serviço. Ainda que o trabalho de Ainchinger e Grohsebner investigue um período o qual a sociedade hispânica havia se expandido para territórios colonizados além mar, e o reconheça, leva pouco em consideração os impactos que isto pode ter promovido, ou não, simplesmente não apreciando diretamente a possibilidade. Ainda que a questão da escravidão, por exemplo, seja mencionada, de acordo com os autores, esta era restrita mais ao sul da península e foi relacionada apenas com a provisão de aleitamento.

Tanto *Ser mãe na Idade Média* quanto *Childbirth in Early Modern Spain* deixaram claro que não há falta de fontes sobre o maternar e o parto antes do século XIX, mas sim, falta de interesse nestes tópicos dos pesquisadores, o que felizmente, está a mudar, e as duas obras são pontos de partida obrigatórios aos interessados.

Recebido: 05/02/2026

Aprovado: 15/04/2026